

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

CAPACITASUAS – CURSO 1

**CURSO DE INTRODUÇÃO AO PROVIMENTO DOS
SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO
SUAS E À IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DO PLANO
BRASIL SEM MISÉRIA**

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

APRESENTAÇÃO

A oferta do Curso de Capacitação para o Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria expressa a responsabilidade compartilhada de gestores de âmbito nacional e estadual em implementar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo-lhe parâmetros de qualidade e atualidade teórico-metodológica.

No contexto de um país de dimensões continentais, o presente Projeto Pedagógico fornece elementos e diretrizes que visam assegurar unidade nacional na execução do curso de capacitação ao qual se refere. Na medida em que se trata de um instrumento de planejamento, sua execução está sujeita a adequações incrementais às especificidades locais e regionais. Não representa, portanto, uma *cláusula pétrea* ou camisa de força tendente a engessar o processo pedagógico, sempre mais rico e complexo do que pintado pelos modelos de planejamento.

A bem-sucedida implementação da ação de capacitação consubstanciada neste Projeto Pedagógico, ante a urgência de qualificação dos trabalhadores do SUAS, representará, portanto, relevante contribuição à consolidação de um sistema por meio do qual o Estado e a sociedade brasileira avançam na construção de uma nação mais justa e igualitária. A esta tarefa estão convocados o conjunto de instituições, professores, especialistas, técnicos e profissionais envolvidos na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

SUMÁRIO

- 1. Identificação do Curso**
- 2. Justificativa**
- 3. Objetivos do Curso**
 - a. Geral**
 - b. Específico**
- 4. Público**
- 5. Perspectiva Didático-Pedagógica**
 - a. O Princípio da Educação Permanente**
 - b. Desenvolver competências socioprofissionais**
 - c. As Competências socioprofissionais requeridas pelo SUAS**
 - d. Desenvolver processos de aprendizagem significativa**
- 6. Matriz Pedagógica**
 - a. Objetivos de Aprendizagem**
 - b. Conteúdos, Enfoques e Carga Horária**
 - c. Atividades Pedagógicas**
 - d. Quadro da Matriz Pedagógica**
- 7. Recursos Pedagógicos**
- 8. Avaliação da Aprendizagem**
- 9. Certificação**
- 10. Referências Bibliográficas do Projeto Pedagógico**

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome	Instituição Executora
Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e à Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria	A ser selecionada pelos estados, no âmbito do Programa de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS).
Modalidade de Oferta	Carga Horária
Presencial	40 horas

2. JUSTIFICATIVA

O Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e à Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria está inserido no escopo do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS).

Sua oferta responde às recentes inflexões conceituais e normativas no campo da assistência social no Brasil, que a alçam ao patamar de direito do cidadão e dever do Estado e a integram e localizam em um sistema de proteção social, exigem revisão e renovação de seu quadro conceitual, dos seus aportes teórico-metodológicos e tático-operativos, bem como à demanda por melhoria na qualidade dos serviços disponibilizados à população e qualificação das ações relacionadas às agendas estratégicas de nível nacional, a exemplo do Plano Brasil Sem Miséria (BSM).

3. OBJETIVOS DO CURSO

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

a. GERAL:

Realizar nivelamento do público elegível quanto aos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais e à implementação das ações do Plano Brasil Sem Miséria.

b. ESPECÍFICOS

- ✓ Realizar nivelamento do público da capacitação quanto ao conhecimento e à compreensão do modelo sistêmico de garantia dos direitos socioassistenciais instituído pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, e suas atualizações, e consubstanciado no SUAS;
- ✓ Oferecer ao público da capacitação os instrumentos conceituais e metodológicos que os capacitem a realizar registro sistemático, reflexão e avaliação quanto a adequação de suas práticas profissionais e processos de trabalho aos princípios e diretrizes do SUAS e às reais necessidades apresentadas pelos usuários e beneficiários dos serviços e benefícios socioassistenciais;
- ✓ Realizar nivelamento do público da capacitação quanto ao conhecimento e à compreensão do desenho e dos meios de operacionalização das Agendas Estratégicas de Governo que fazem interface com o SUAS (Plano Brasil Sem Miséria – BSM; Plano “Crack: É possível vencer!”; e Plano “Viver sem Limite”), bem como da sinergia que essa interface gera no fortalecimento do combate à pobreza, aos riscos e às vulnerabilidades sociais.

4. PÚBLICO

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

Profissionais de nível superior que atuam na provisão dos serviços socioassistenciais no âmbito dos Cras, Creas, Centros Pops, Serviços de Acolhimento Institucional e Serviços Volantes. Público dentre o qual será dada prioridade aos profissionais que possuem vínculo formal (efetivo, comissionado ou celetista) com as administrações do Estado e dos municípios.

5. PERSPECTIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A ação de capacitação aqui planejada orienta-se por uma perspectiva didático-pedagógica baseada em três pilares: o princípio da educação permanente; o foco no desenvolvimento de capacidades e competências voltadas para ações de proteção social; e a priorização de processos de aprendizagem significativa.

a. O PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Entende-se por Educação Permanente o processo de atualização e renovação contínua e cotidiana das práticas profissionais e condutas existenciais de pessoas, equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo esse mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional e da própria vida em sociedade.

O princípio da Educação Permanente não se refere, portanto, apenas a processos de educação formal. Em um sentido mais amplo, ele diz respeito à formação de pessoas visando dotá-las das ferramentas cognitivas e operativas

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a condutas, procedimentos, e quanto aos meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho e à resolução dos problemas com os quais se deparam. Sua adoção representa uma inovação na forma de planejamento das ações de capacitação dirigidas aos trabalhadores do SUAS.

O modelo formal de planejamento de ações de capacitação toma por base o diagnóstico de necessidades para o desenho dos cursos a serem ofertados. Esse diagnóstico é comumente realizado por meio da caracterização da lacuna de competências, identificada em uma dada organização ou contexto de trabalho. Tal lacuna consiste na inexistência de competências necessárias, as quais determinam, portanto, o desenho e o formato das ações de capacitação.

A esse modelo formal de planejamento educacional, o princípio da educação permanente acrescenta algo mais substancial ao ancorá-lo aos processos de trabalho e às práticas profissionais observadas nos mais diversos contextos. Assim, no âmbito do SUAS, tanto o processo de identificação da lacuna de competências quanto o desenho das ações de capacitação destinadas ao fechamento dessa lacuna devem partir dos problemas e dificuldades evidenciados no exercício das práticas profissionais relacionadas à gestão participativa do Sistema e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Essa centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais para o planejamento das ações de capacitação responde ao importante papel que desempenham como mediadores da concretização dos serviços e benefícios socioassistenciais. Sendo assim, a promoção de melhorias na qualidade do provimento dos serviços e benefícios do SUAS passa, necessariamente, pela qualificação desses mediadores.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

O princípio da educação permanente chama atenção para o fato de que a realização dessas melhorias de qualidade exige a estruturação de um modelo de capacitação que permita a oferta de ações de caráter permanente e continuado, em diferentes níveis de formação e com diferentes graus de complexidade: (i) direcionadas à diversidade de sujeitos envolvidos na implementação do SUAS; (ii) que tenham por preocupação central a reflexão sobre os processos de trabalho e as práticas profissionais; (iii) dirigidas para o desenvolvimento das competências das quais o Sistema necessita; e (iv) capazes de possibilitar processos de aprendizagem significativa e de desenvolver a capacidade de os trabalhadores aprenderem de forma coletiva nos seus próprios ambientes de trabalho e a partir das experiências nele vivenciadas.

b. DESENVOLVER COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS

Entende-se por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições de um trabalhador, visando ao alcance dos objetivos da instituição, órgão, equipamento, ou serviço no quadro dos quais exerce sua atividade profissional. Diz-se, assim, que conhecimentos, habilidades e atitudes constituem o tripé de capacidades que ao serem mobilizadas pelo trabalhador para a realização de atividades específicas conformam sua competência profissional.

Apesar de usado geralmente como sinônimo de habilidade (que constitui sua dimensão técnica), competência é um conceito tridimensional (conhecimentos e atitudes correspondendo às suas dimensões ética e política). Restrito à sua dimensão técnica o conceito de competência aplica-se exclusivamente a processos de treinamento e capacitação voltados para o desenvolvimento de habilidades motoras repetitivas, cujos contextos e significado podem se manter estranhos ao trabalhador sem que isso represente

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

prejuízo para a qualidade do trabalho. No entanto, as duas outras dimensões devem ser ressaltadas quando, para além do desenvolvimento de habilidades, o processo de capacitação almeja a formação de conhecimentos e atitudes. Caso em que o estranhamento quanto ao contexto e ao significado ético e político do trabalho resulta inescapavelmente em grave prejuízo à qualidade do trabalho.

Devido às características próprias do trabalho realizado no âmbito do SUAS, pode-se incluí-lo nessa segunda categoria, especialmente no que diz respeito ao trabalho diretamente relacionado ao provimento de serviços e benefícios. Trata-se de um trabalho desenvolvido em contextos socioculturais diversos e com base na relação intersubjetiva envolvendo profissionais e equipes de trabalho, de um lado; e de outro, indivíduos, famílias, coletivos e populações, com perfis diversificados e que apresentam demandas e necessidades também diversificadas. Tais variedade e diversidade de contextos, públicos e objetivos inviabiliza a padronização do trabalho em um único modelo de organização técnica e impõe aos trabalhadores e às equipes de referência a necessidade de uma constante e permanente reflexão quanto à adequação dos seus processos de trabalho e práticas profissionais ao contexto sociocultural em que se desenrolam, ao público e à finalidade para os quais se destinam.

Em razão disso, no contexto do SUAS não se trata, portanto, do desenvolvimento de competências meramente técnicas, mas de competências socioprofissionais, ou seja, do desenvolvimento de competências compreendidas na tridimensionalidade técnica, ética e política do conceito. Perspectiva esta assumida pelo curso aqui estruturado.

c. AS COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS

Tomando por base os processos de trabalho relacionados à

PROJETO PEDAGÓGICO

operacionalização do SUAS, as ações de formação e capacitação devem atentar para o desenvolvimento de diferentes tipos e níveis de competências, conforme quadro abaixo:

COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS	
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS OU SISTÊMICAS	Conhecimentos, habilidades e atitudes:
	Relacionadas ao cumprimento da missão e objetivos do Sistema. Relacionadas ao funcionamento processual da arquitetura organizacional do SUAS: relações federativas, entre diferentes órgãos, instâncias, unidades e equipamentos que compõem o sistema ou implicados na sua implementação.
COMPETÊNCIAS PARTICIPATIVAS	Relacionadas à participação em conselhos, conferências e nos serviços, ao exercício do controle social das políticas públicas e à compreensão do papel desempenhado pelas organizações da sociedade e pelos movimentos sociais na efetivação dos direitos socioassistenciais (participação nos serviços).
COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS	Relacionadas ao desempenho da função e atribuição que cada profissional desempenha no processo de trabalho de uma dada organização.
COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	Relacionadas ao gerenciamento de órgãos, unidades, equipamentos, serviços, e equipes de trabalho, planejamento de serviços e ações.
COMPETÊNCIAS COLETIVAS	Relacionadas ao desenvolvimento do trabalho em equipe. Resulta da articulação ou combinação sinérgica das competências individuais para consecução de um mesmo objetivo.

Sem prejuízo da merecida atenção ao desenvolvimento de competências individuais, incluindo as gerenciais, vale destacar que no âmbito do curso aqui planejado deve ser dada relevância ao desenvolvimento de competências

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

coletivas, por se tratar de uma ação de capacitação dirigida aos trabalhadores envolvidos no provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais. Contexto no qual o trabalho é realizado por equipes multidisciplinares: as chamadas equipes de referência.

Assim, como parte deste curso de capacitação, os processos de trabalho, os contextos de intervenção e as práticas profissionais das equipes de referência e dos profissionais que as compõem podem ser problematizados pelo menos em três direções básicas: (i) quanto às formas de interação entre esses diferentes profissionais para a consecução dos objetivos das equipes de trabalho; (ii) quanto às formas de interação entre essas equipes/profissionais e os usuários/beneficiários dos serviços e benefícios; e (iii) quanto à capacidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais existentes de acolherem as diferentes demandas e necessidades apresentadas pelos usuários e beneficiários do SUAS e a elas responderem adequadamente, na direção da garantia dos direitos sociais demandados.

Considerando que a melhoria na qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais passa necessariamente pelo aprimoramento, atualização e qualificação de práticas profissionais e pela reorganização e readequação de processos de trabalho, a ação pedagógica orientada pelos tópicos acima arrolados almeja produzir maior abertura dos capacitandos à necessidade de tal modificação e a estimulá-los na busca pelos meios de sua efetivação. Contribuirá para isso a inserção dos alunos em processos de aprendizagem significativa.

d. DESENVOLVER PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Por significativo compreende-se o processo de aprendizagem que se desenvolve pela interiorização de novos conhecimentos, habilidades e atitudes a

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

partir da mobilização dos saberes e experiências prévias do educando. Via pela qual o processo de apreensão do novo saber atua também sobre a estrutura dos conhecimentos e experiências pré-existentes de forma a promover sua ressignificação.

A mobilização da aprendizagem significativa depende, entre outras, de duas condições essenciais. A primeira, de ordem individual/psicológica, diz respeito à disposição do aluno quanto à ação de capacitação e à sua própria aprendizagem. A segunda condição se refere à relevância para o trabalhador/aprendiz dos conteúdos e objetivos que orientam o processo de capacitação. Sentido de relevância que também possui uma dimensão individual/psicológica, mas que, segundo o pressuposto aqui adotado, está significativamente associado à eficácia do planejamento instrucional e da ação pedagógica em responder adequadamente (ou não) às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais.

Processos de aprendizagem significativa podem ser estimulados por meio do uso de uma grande variedade de estratégias instrucionais que permitem incorporar ao ensino e à aprendizagem: as experiências de vida e de trabalho do capacitando; seus valores, conhecimentos e habilidades; e as características e especificidades dos contextos locais e regionais relevantes para o exercício de suas funções de trabalho. Uma vez trazidos à tona, esses valores, conhecimentos, experiências e contextos socioculturais significativos para os alunos servem de ancoragem cognitiva aos novos conteúdos, valores e experiências trabalhados no processo de capacitação.

Por meio de um processo de ensino e aprendizagem assim estruturado, mantendo-se o foco na construção de respostas às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais dos alunos, a capacitação contribuirá para a formação no SUAS de uma cultura de permanente

PROJETO PEDAGÓGICO

aprendizado no trabalho e por meio do trabalho. Objetivo este que se encontra no cerne da perspectiva da educação permanente e que é de vital importância para a promoção da melhoria contínua da qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais e da gestão do SUAS.

6. MATRIZ PEDAGÓGICA

Com base na perspectiva didático-pedagógica apresentada no tópico anterior, a ação de capacitação consubstanciada neste Projeto Pedagógico tem sua organização e desenho sistematizados no formato que consta da Matriz Pedagógica abaixo.

Nela encontram-se definidos: a) os conteúdos instrucionais, organizados por módulo; b) a carga horária dedicada a cada módulo e unidade de conteúdo; c) os objetivos instrucionais ou de aprendizagem de cada módulo e unidade de conteúdo; d) o enfoque ou direcionamento que se pretende dar ao trabalho relacionado a cada módulo e unidade de conteúdo; e) as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas para cada unidade de conteúdo.

Para além da simples definição dos aspectos citados, por meio da Matriz procura-se evidenciar a dinâmica do trabalho pedagógico a ser desenvolvido a partir da relação entre conteúdos de aprendizagem, objetivos instrucionais, enfoques pelos quais os conteúdos devem ser abordados e atividades pedagógicas relacionadas a cada unidade de conteúdo. A forma pela qual esses elementos encontram-se combinados constitui, por assim, dizer o caráter pedagógico do curso. Passemos, então, aos elementos da Matriz Pedagógica:

a. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

Na Matriz Pedagógica os objetivos de aprendizagem são representados pelas capacidades que se pretende desenvolver junto aos alunos por haverem sido identificadas como necessárias aos trabalhadores que atuam no provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Na perspectiva aqui adotada, objetivos de aprendizagem são compreendidos como o elemento central e ordenador de todo o processo pedagógico do planejamento instrucional, do processo de ensino-aprendizagem, da avaliação da aprendizagem e da avaliação da eficácia da capacitação. Isso significa que:

- a) no planejamento instrucional, a definição de tais objetivos precede e orienta a seleção e organização modular dos conteúdos a serem trabalhados e do enfoque a partir do qual esses conteúdos serão abordados;
- b) no processo de ensino, os conteúdos selecionados devem ser trabalhados de acordo com o enfoque definido e por meio das atividades pedagógicas indicadas, visando à realização dos objetivos instrucionais planejados;
- c) as avaliações de aprendizagem dos alunos e de eficácia da capacitação tratam da identificação do grau de realização desses objetivos.

A realização dos objetivos de aprendizagem consiste, portanto, na aquisição pelos alunos das capacidades correspondentes a esses objetivos. Conforme dito anteriormente, conhecimentos, habilidades e atitudes formam o tripé de capacidades constitutivas do conceito de competência. Desse tripé, a ação de capacitação objeto deste Projeto Pedagógico almeja desenvolver fundamentalmente as capacidades relacionadas a conhecimentos e atitudes (e apenas secundariamente a habilidades). É a essas duas capacidades que se referem, portanto, os objetivos de aprendizagem definidos na Matriz Pedagógica.

b. CONTEÚDO, ENFOQUE E CARGA HORÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

Os conteúdos que constam da Matriz Pedagógica foram selecionados com base nas competências que se pretende formar junto aos trabalhadores que atuam no provimento dos serviços socioassistenciais. No desenrolar das atividades pedagógicas deve-se tomá-los, portanto, como meios privilegiados para se alcançar os objetivos instrucionais ou, o que dá no mesmo, como instrumentos para o desenvolvimento das capacidades expressas naqueles objetivos.

A Matriz também indica o enfoque pelo qual os conteúdos devem ser abordados, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem. Dentre as diferentes abordagens que podem ser dadas a um determinado conteúdo, o enfoque dirige a atenção do trabalho pedagógico para aquela que se afigura mais adequada aos objetivos perseguidos pela ação de capacitação.

A carga horária definida para cada módulo e unidade de conteúdos responde ao grau de complexidade do conteúdo a que se refere, ao enfoque a ser dado a esse conteúdo e ao tipo de atividade que lhe serve de substrato didático-pedagógico. No entanto, dada a imprevisibilidade da resposta de cada turma ao desenho do curso, este tópico está sujeito a adequações incrementais tendentes a promover uma maior aproximação do planejado às condições reais de execução da capacitação.

c. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Da Matriz Pedagógica constam dois tipos de atividades pedagógicas: Aula Expositiva/Dialogada e Oficina de Aprendizagem. A primeira atividade corresponde à apresentação dos conteúdos de forma didática e sistematizada, de acordo com um enfoque determinado, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem planejados, e de modo a estimular e acolher a participação dos alunos. A segunda atividade, por sua vez, consiste no desenvolvimento de uma

PROJETO PEDAGÓGICO

ou de um conjunto de dinâmicas e estratégias de trabalho(estudo de caso, resolução de problema, encenação de situação, etc) que permita aos alunos fazer a mediação entre o saber teórico-conceitual e as questões derivadas de suas práticas profissionais, dos seus processos de trabalho ou do contexto social no qual atuam.

As Oficinas de Aprendizagem constituem momento e espaço privilegiados de consolidação do aprendizado teórico-conceitual e de sua aplicação à leitura da realidade, à avaliação de condutas alternativas, à resolução de problemas, etc. Ao permitirem o desenvolvimento combinado de diferentes capacidades cognitivas (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação) e afetivas (receptividade, resposta, valorização, organização e caracterização, relacionadas a valores), ocupam, por assim dizer, o centro da ação de capacitação.

No que pese o fato de a Matriz Pedagógica indicar a realização de Oficinas de Aprendizagem acerca de unidades de conteúdos determinadas, sugere-se a inclusão de atividades similares e com a mesma finalidade em outras unidades de conteúdo sempre que isso seja possível e contribua para a realização dos objetivos de aprendizagem.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

d. QUADRO DA MATRIZ PEDAGÓGICA

MATRIZ PEDAGÓGICA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA O PROVIMENTO DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA					
MÓDULO/UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO I	A Assistência Social e a Garantia dos Direitos Socioassistenciais por meio do SUAS	14h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	<p>1.1. A Assistência Social no campo da Seguridade Social;</p> <p>1.2. A especificidade da Assistência Social no contexto do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS).</p> <p>1.3. Dimensões territoriais e expressões da pobreza, dos riscos e vulnerabilidades sociais nos</p>	4h	<p>1) Compreender a Assistência Social enquanto política de garantia de direitos assegurados na Constituição de 1988;</p> <p>2) Descrever o campo específico de ação da Política de Assistência Social.</p> <p>3) Identificar as diferentes</p>	<p>1) O caráter da ruptura promovido pela CF/88 quanto ao SBPS;</p> <p>2) A especificidade da Assistência Social no contexto do SBPS, a partir das seguranças por ela afiançadas.</p> <p>3) Apresentar dados, suas fontes e o meio de acessá-los,</p>	Aulas expositivas/ dialogadas

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	estados;		expressões da pobreza, riscos e vulnerabilidades existentes no território em que atua profissionalmente;	de forma a possibilitar ao capacitando um diagnóstico social da realidade em que atua	
Unidade 2	<p>2.1. As bases de organização e operacionalização do SUAS:</p> <p>a) Conceitos fundamentais, princípios, diretrizes e público;</p> <p>b) Eixos estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descentralização político-administrativa; • Participação e Controle Social; • Centralidade na Família; • Território como base de organização dos serviços; 	10h	<p>1) Descrever os princípios, diretrizes e eixos estruturantes do SUAS;</p> <p>2) Descrever a arquitetura organizacional do SUAS;</p> <p>3) Identificar o lugar e a função desempenhada pelas diferentes instâncias e equipamentos do SUAS;</p>	<p>1) Apresentar os princípios, diretrizes, públicos, eixos estruturantes, arquitetura organizacional, serviços e benefícios ofertados pelo SUAS;</p> <p>2) Apresentar o processo de operacionalização dos benefícios socioassistenciais;</p>	Aulas expositivas/ dialogadas

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	<ul style="list-style-type: none">• Rede socioassistencial;• Vigilância Socioassistencial; <p>Intersetorialidade.</p> <p><u>c) As Proteções Sociais Básica e Especial: conceitos e equipamento de referência;</u></p> <p>d) A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;</p> <p>e) A operacionalização dos Benefícios Socioassistenciais:</p> <ul style="list-style-type: none">a. Benefício de Prestação Continuada (BPC);b. Benefícios Eventuais;c. Transferência de Renda Condicionada (Programa Bolsa Família);		<p>4) Descrever os diferentes serviços e benefícios ofertados pelo SUAS, seus públicos e objetivos;</p> <p>5) Compreender as razões e os processos relacionados à gestão integrada dos serviços e benefícios ofertados pelo SUAS.</p>	<p>3) Apresentar o processo de gestão integrada de serviços e benefícios socioassistenciais.</p>	
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------	--

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	f) O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda;				
--	--------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

MÓDULO II	O Provimento dos Serviços Socioassistenciais: que trabalho é esse?	14h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	<p>1.1. Características e especificidade dos processos de trabalho relacionados à provisão dos serviços socioassistenciais:</p> <p>a) <u>O trabalho em equipes de referência;</u></p> <p>b) <u>A interdisciplinaridade;</u></p> <p>c) <u>A dimensão ética e política da relação entre profissional e usuário;</u></p> <p>d) <u>A dimensão técnica da intervenção profissional;</u></p>	2h	1) Identificar as características e especificidades do trabalho social desenvolvido na provisão dos serviços socioassistenciais.	1) As características e especificidades do trabalho social desenvolvido pelos profissionais que atuam diretamente na provisão dos serviços socioassistenciais.	Aula expositiva/dialogada
Unidade 2	2.1. Levantamento realizado pelos	2h	1) Fazer registro sistematizado dos	1) Apresentar casos estruturados para análise	Oficina de

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	capacitandos quanto à prática dos processos de trabalho relacionados ao provimento dos serviços socioassistenciais.		procedimentos adotados em sua prática profissional, no desenvolvimento de suas atividades.	dos capacitandos; 2) Disponibilizar aos capacitandos instrumento estruturado para registro sistematizado dos procedimentos que adotariam em relação a questões críticas do caso analisado.	Aprendizagem
Unidade 3	3.2. A Proteção Social Básica - o <u>atendimento e o acompanhamento das famílias e indivíduos em situação de extrema pobreza; em descumprimento de condicionalidades; em situação de trabalho infantil; e beneficiárias do BPC: processo de trabalho,</u>	6h	1) Descrever os processos de trabalho relacionados ao provimento dos serviços socioassistenciais; 2) Relacionar os tipos de registros necessários e definir a finalidade e utilidade desses registros;	1) Processos de trabalho relacionados ao provimento do PAIF, PAEFI e Serviços Volantes; 2) Registros relacionados ao provimento do PAIF, PAEFI e Serviços Volantes: cuidados,	Aulas expositivas/ dialogada

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	<p>dimensão ética, registros necessários;</p> <p>3.3. A Proteção Social Especial – o <u>atendimento e o acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de violência e violação de direitos (crianças; adolescentes; jovens; mulheres; idosos; pessoas com deficiência; população de rua; e vítimas de discriminação):</u> processos de trabalho, dimensão ética, registros necessários;</p>		<p>3) Compreender a dimensão ética envolvida nesses processos de trabalho e descrever os efeitos práticos da sua inobservância quanto à qualidade do serviço ofertado, alcance dos resultados esperados e garantia dos direitos do usuário.</p>	<p>importância, finalidade e utilidade desses registros;</p> <p>3) Exemplificar os efeitos práticos da inobservância da ética no provimento do PAIF, PAEFI e Serviços Volantes para a qualidade do serviço ofertado, alcance dos resultados esperados, e garantia dos direitos do usuário.</p>	
Unidade 4	<p>4.1. Reflexão sobre a prática dos processos de trabalho relacionados ao provimento dos serviços socioassistenciais.</p>	4h	<p>1) Problematizar e avaliar a pertinência e a adequação dos procedimentos de trabalho adotados relativamente ao acolhimento e à garantia de direitos dos usuários.</p>	<p>1) Com base nos registros sistematizados resultante da Oficina de Aprendizagem 1 levar o aluno a problematizar e avaliar a pertinência e a adequação dos</p>	<p>Oficina de Aprendizagem</p>

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

				procedimentos de trabalho adotados relativamente ao acolhimento e à garantia de direitos dos usuários.	
--	--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

MÓDULO III	O SUAS e as Agendas Estratégicas de Governo: o fortalecimento do combate à pobreza, aos riscos e às vulnerabilidades sociais.	12h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	1.1. As Agendas Estratégicas de Governo como meios de integração de esforços no combate à pobreza, riscos e vulnerabilidades sociais.	2h	1) Compreender a importância da integração de políticas públicas sociais para o combate da pobreza, riscos e vulnerabilidades sociais.	1) Apresentar os Planos Estratégicos de Governo como meios de integração e fortalecimento das políticas públicas sociais para superação da pobreza, das formas de vulnerabilidade e dos riscos sociais identificados.	Aula expositiva/dialogada

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

<p>Unidade 2</p>	<p>2.1. O “Plano Brasil Sem Miséria” (BSM);</p> <p>2.2. A operacionalização das ações do BSM integradas aos serviços e benefícios do SUAS;</p>	<p>6h</p>	<p>1) Descrever o desenho, justificativa, objetivos e metas do BSM;</p> <p>2) Compreender o processo de operacionalização de ações do BSM pelo SUAS.</p>	<p>1) Apresentar o desenho, justificativa, objetivos e metas do BSM;</p> <p>2) Problematizar a operacionalização das ações do BSM pelo SUAS como oportunidade de fortalecimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, especialmente os Serviços Volantes, o Bolsa Família e o BPC.</p>	<p>Aula expositiva/dialogada</p>
<p>Unidade 3</p>	<p>3.1. O Plano “Crack:É possível vencer!”;</p> <p>3.2. A operacionalização de ações da agenda de enfrentamento</p>	<p>2</p>	<p>1. Descrever o desenho, justificativa, objetivos e metas do Plano “Crack: É possível vencer!”;</p> <p>2) Compreender o processo de</p>	<p>1)Apresentar o desenho, justificativa, objetivos e metas do Plano “Crack: É possível Vencer!”;</p> <p>2) Problematizar a</p>	<p>Aula expositiva/dialogada</p>

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	ao Crack e outras drogas pelo SUAS;		operacionalização pelo ASUAS das ações do Plano “Crack: É possível Vencer!”.	operacionalização das ações do Plano “Crack: É possível Vencer!” pelo SUAS, como oportunidade de fortalecimento dos serviços socioassistenciais.	
Unidade 4	4.1. O Plano Nacional da Pessoa com Deficiência: “Viver sem Limite”; 4.2. A operacionalização de ações do Plano “Viver sem Limite” pelo SUAS	2h	1. Descrever o desenho, justificativa, objetivos e metas do Plano “Viver sem Limite”; 2) Compreender o processo de operacionalização de ações do Plano “Viver sem Limite” pelo SUAS.	1) Apresentar o desenho, justificativa, objetivos e metas do Plano “Viver sem Limite”; 2) Problematizar a operacionalização das ações do Plano “Viver sem Limite” pelo SUAS como oportunidade de fortalecimento dos serviços socioassistenciais.	Aula expositiva/dialogada

PROJETO PEDAGÓGICO

7. RECURSOS INSTRUCIONAIS

Cabe à instituição executoras da ação de capacitação definir os recursos instrucionais a serem utilizados no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Na definição desses recursos devem ser consideradas a perspectiva pedagógica norteadora da capacitação, os tipos de atividades instrucionais a serem realizadas e os objetivos de aprendizagem perseguidos. Nesse sentido, deve ser dada preferência aos recursos: a) que favoreçam o diálogo entre, de um lado, os aspectos teórico-conceituais estudados e, de outro, as práticas profissionais, os processos de trabalho e o contexto social em que os alunos atuam; b) que motivem a participação dos alunos; e c) que permitam o desenvolvimento de exercícios práticos de aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos na capacitação.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem por finalidade gerar evidências e informações que permitam um julgamento fundamentado quanto ao aproveitamento do curso por cada aluno em particular, e quanto à eficácia da capacitação em geral. Esse julgamento de eficácia diz respeito à realização dos objetivos de aprendizagem e, portanto, do sucesso da capacitação em formar junto aos alunos as capacidades expressas por esses objetivos.

Considerando-se o curto período de tempo previsto para o desenvolvimento da ação de capacitação aqui referida e a importância das Oficinas de Aprendizagem para a formação das capacidades e competências almejadas, propõe-se enquanto instrumento de avaliação da aprendizagem e, portanto como **Trabalho de Conclusão de Curso**, os produtos resultantes do desenvolvimento das duas Oficinas de Aprendizagem indicadas no Quadro da Matriz Pedagógica do Curso: 1) o registro sistematizado dos procedimentos adotados pelos alunos em sua prática profissional,

PROJETO PEDAGÓGICO

no desenvolvimento de suas atividades; e 2) registro da problematização e avaliação realizada pelos alunos quanto à pertinência e adequação dos procedimentos de trabalho adotados relativamente ao acolhimento e à garantia de direitos dos usuários.

Em relação a esses produtos da aprendizagem e instrumentos de avaliação caberá apenas um de dois julgamentos possíveis: desempenho satisfatório ou desempenho insatisfatório. A menção satisfatória indica que, na realização da atividade, o aluno demonstrou apreensão das capacidades objetivadas pelo curso. A menção insatisfatória, ao contrário, indica que o aluno não demonstrou a apreensão de tais capacidades. O resultado da aprendizagem assim mensurado representará, para efeito de certificação, a medida do desempenho do aluno no curso de capacitação.

9. CERTIFICAÇÃO

A certificação quanto à realização do curso de capacitação ficará a cargo da instituição de ensino que o tenha executado e corresponderá à realização de curso de extensão universitária ou similar, com carga de 40 horas-aula. A ela terão direito o aluno que houver: i) freqüentado a pelo menos 75% (setenta por cento) das atividades pedagógicas do curso, e ii) concluído o curso com aproveitamento satisfatório.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROJETO PEDAGÓGICO

BORDENAVE J, Pereira A. *A estratégia de ensino aprendizagem*. 26ª ed. Petrópolis: Vozes; 2005.

BORDENAVE JED. Alguns fatores pedagógicos. In: Santana JP, Castro JL,

PROJETO PEDAGÓGICO

organizadores. *Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos – CADRHU*. Natal: Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/ Editora da UFRN; 1999. p. 261-268.

BORGES-ANDRADE, Jairo E. ABBAD, Gardênia da Silva, MOURÃO, Lucinao (etall). *Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organização e Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CECCIM, Ricardo Burg. *Educação Permanente em Saúde: descentralização e Disseminação de Capacidade Pedagógica na Saúde*. Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, Vol. 10, nº 4, p.p. 975-986, 2005.

CECCIM, Ricardo Burg e FEUERWERKER, Laura C. M. *O Quadrilátero da Formação para a Área de Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social*. Rio de Janeiro: PHSIS - Saúde Coletiva, Vol. 14, nº 1, p.p. 41-65, 2004.

FREIRE P. *Educação como prática de liberdade*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2006.

Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial. In: *Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

Haidt, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

MOREIRA, Marco Antonio. *A Teoria da Aprendizagem Significativa e Sua Implementação em Sala de Aula*. Brasília: Editora UnB, 2006.

NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. In: *Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS*.

PROJETO PEDAGÓGICO

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

O SUAS E O BRASIL SEM MISÉRIA. In:
http://www.brasilsemisericia.gov.br/documentos/Cartilha_20X20.pdf

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2009.

Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) – Serviço especializado para Pessoas em Situação de Rua. Série: SUAS e População de Rua, Vol. III. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

PACHECO, Luzia; SCOFANO, A. C.; BECKERT, M.; SOUZA, V. Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (Série Gestão de Pessoas).

PERRENOUD P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Art- Med; 1999.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)/Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Brasília, 2005.

Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS)/Resolução CNAS nº 8, de 6 de março de 2012. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

Tipificação dos Serviços Socioassistenciais/Resolução CNAS, nº 109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas.

RODRIGUES JÚNIOR, José Florêncio. A Taxonomia de Objetivos Educacionais. Brasília: Editora UnB, 2007.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 17ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, V. 1).

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

CAPACITASUAS – CURSO 2

**CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE
PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PROJETO PEDAGÓGICO

APRESENTAÇÃO

A oferta do Curso de Atualização para a Elaboração de Planos de Assistência Social expressa a responsabilidade compartilhada entre gestores das três esferas federativas no sentido de implementar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo para dotá-lo de parâmetros de qualidade e atualidade teórico-metodológica.

No contexto de um país de dimensões continentais, o presente projeto pedagógico pretende fornecer elementos e diretrizes que visam assegurar unidade nacional na execução do referido curso. No entanto, na medida em que se trata de um instrumento destinado a melhorar e a conferir maior efetividade ao planejamento no tocante à política de assistência social, sua oferta está sujeita a adequações incrementais às especificidades locais e regionais. Não representa, portanto, uma camisa de força tendente a engessar o processo pedagógico, sempre mais rico e complexo do que pintado pelos modelos de planejamento.

A bem-sucedida implementação da ação de capacitação consubstanciada neste projeto pedagógico, ante a urgência de qualificação dos trabalhadores do SUAS, representa relevante contribuição à consolidação de um sistema por meio do qual o Estado e a sociedade brasileira avançam na construção de uma nação mais justa e igualitária. A esta tarefa estão convocados o conjunto de instituições, professores, especialistas, técnicos e profissionais envolvidos na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

SUMÁRIO

- 1. Identificação do Curso**
- 2. Justificativa**
- 3. Objetivos do Curso**
 - a. Geral**
 - b. Específico**
- 4. Público**
- 5. Perspectiva Didático-Pedagógica**
 - a. O Princípio da Educação Permanente**
 - b. Desenvolver competências socioprofissionais**
 - c. As Competências socioprofissionais requeridas pelo SUAS**
 - d. Desenvolver processos de aprendizagem significativa**
- 6. Matriz Pedagógica**
 - a. Objetivos de Aprendizagem**
 - b. Conteúdos, Enfoques e Carga Horária**
 - c. Atividades Pedagógicas**
 - d. Quadro da Matriz Pedagógica**
- 7. Recursos Pedagógicos**
- 8. Avaliação da Aprendizagem**
- 9. Certificação**
- 10. Referências Bibliográficas do Projeto Pedagógico**

PROJETO PEDAGÓGICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome ATUALIZAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Instituição Executora A ser selecionada pelos estados, no âmbito do Programa CapacitaSUAS.	
Modalidade de Oferta Presencial	Carga Horária 40 horas

2. JUSTIFICATIVA

De acordo com a NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Plano de Assistência Social, previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política de assistência social nas três esferas de governo.

Juntamente com a instituição do Conselho de Assistência Social (CMAS) e do Fundo e Assistência Social (FMAS), a elaboração do Plano de Assistência Social (PAS) cabe aos entes federados (art. 12 da NOB/SUAS, de 2012) e requisito para o repasse de recursos federais aos municípios, aos estados e ao Distrito Federal (art. 30 da LOAS) visando o financiamento das ações de assistência social em suas respectivas jurisdições.

A elaboração do PAS compete ao órgão gestor da política de assistência social no município, estado ou Distrito Federal, que deverá submeter o texto final à apreciação e aprovação do respectivo Conselho de Assistência Social. Este processo exige do órgão gestor a mobilização da participação de um conjunto de atores envolvidos na implementação da política de assistência

PROJETO PEDAGÓGICO

social, o uso de informações e a aplicação de diferentes metodologias de planejamento.

Nesse contexto, a oferta, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS), do Curso de Atualização para a Elaboração de Planos de Assistência Social, aqui projetado, concebido com base nas diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, se justifica pela contribuição que aporta quanto à qualificação do processo de planejamento da política de assistência social em nível local, por meio da capacitação do conjunto de atores envolvidos na formulação dos Planos, ou seja, nos conhecimentos e metodologias aplicáveis ao processo de sua elaboração.

3. OBJETIVO

Capacitar diferentes atores envolvidos na formulação dos Planos de Assistência Social nos conhecimentos, metodologias e procedimentos aplicáveis ao processo de sua elaboração, monitoramento e atualização.

4. PÚBLICO

Trabalhadores do SUAS, que exercem funções de gestão no âmbito das Secretarias de Assistência Social dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e conselheiros de assistência social implicados no processo de formulação de planos de assistência social no âmbito dos municípios, estados e Distrito Federal.

5. PERSPECTIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

PROJETO PEDAGÓGICO

A ação de capacitação aqui planejada orienta-se por uma perspectiva didático-pedagógica baseada em três pilares: o princípio da educação permanente; o foco no desenvolvimento de capacidades e competências voltadas para ações de proteção social; e a priorização de processos de aprendizagem significativa.

a. O PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Entende-se por Educação Permanente o processo de atualização e renovação contínua e cotidiana das práticas profissionais e condutas existenciais de pessoas, equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo esse mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional e da própria vida em sociedade.

O princípio da Educação Permanente não se refere, portanto, apenas a processos de educação formal. Em um sentido mais amplo, ele diz respeito à formação de pessoas visando dotá-las das ferramentas cognitivas e operativas que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a condutas, procedimentos, e quanto aos meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho e à resolução dos problemas com os quais se deparam. Sua adoção representa uma inovação na forma de planejamento das ações de capacitação dirigidas aos trabalhadores do SUAS.

O modelo formal de planejamento de ações de capacitação toma por base o diagnóstico de necessidades para o desenho dos cursos a serem ofertados. Esse diagnóstico é comumente realizado por meio da caracterização

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

da lacuna de competências, identificada em uma dada organização ou contexto de trabalho. Tal lacuna consiste na inexistência de competências necessárias, as quais determinam, portanto, o desenho e o formato das ações de capacitação.

A esse modelo formal de planejamento educacional, o princípio da educação permanente acrescenta algo mais substancial ao ancorá-lo aos processos de trabalho e às práticas profissionais observadas nos mais diversos contextos. Assim, no âmbito do SUAS, tanto o processo de identificação da lacuna de competências quanto o desenho das ações de capacitação destinadas ao fechamento dessa lacuna devem partir dos problemas e dificuldades evidenciados no exercício das práticas profissionais relacionadas à gestão participativa do Sistema e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Essa centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais para o planejamento das ações de capacitação responde ao importante papel que desempenham como mediadores da concretização dos serviços e benefícios socioassistenciais. Sendo assim, a promoção de melhorias na qualidade do provimento dos serviços e benefícios do SUAS passa, necessariamente, pela qualificação desses mediadores.

O princípio da educação permanente chama atenção para o fato de que a realização dessas melhorias de qualidade exige a estruturação de um modelo de capacitação que permita a oferta de ações de caráter permanente e continuado, em diferentes níveis de formação e com diferentes graus de complexidade: (i) direcionadas à diversidade de sujeitos envolvidos na implementação do SUAS; (ii) que tenham por preocupação central a reflexão sobre os processos de trabalho e as práticas profissionais; (iii) dirigidas para o desenvolvimento das competências das quais o Sistema necessita; e (iv) capazes de possibilitar processos de aprendizagem significativa e de desenvolver a capacidade de os trabalhadores aprenderem de forma coletiva nos seus próprios ambientes de

PROJETO PEDAGÓGICO

trabalho e a partir das experiências nele vivenciadas.

b. DESENVOLVER COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS

Entende-se por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições de um trabalhador, visando ao alcance dos objetivos da instituição, órgão, equipamento, ou serviço no quadro dos quais exerce sua atividade profissional. Diz-se, assim, que conhecimentos, habilidades e atitudes constituem o tripé de capacidades que ao serem mobilizadas pelo trabalhador para a realização de atividades específicas conformam sua competência profissional.

Apesar de usado geralmente como sinônimo de habilidade (que constitui sua dimensão técnica), competência é um conceito tridimensional (conhecimentos e atitudes correspondendo às suas dimensões ética e política). Restrito à sua dimensão técnica o conceito de competência aplica-se exclusivamente a processos de treinamento e capacitação voltados para o desenvolvimento de habilidades motoras repetitivas, cujos contextos e significado podem se manter estranhos ao trabalhador sem que isso represente prejuízo para a qualidade do trabalho. No entanto, as duas outras dimensões devem ser ressaltadas quando, para além do desenvolvimento de habilidades, o processo de capacitação almeja a formação de conhecimentos e atitudes. Caso em que o estranhamento quanto ao contexto e ao significado ético e político do trabalho resulta inescapavelmente em grave prejuízo à qualidade do trabalho.

Devido às características próprias do trabalho realizado no âmbito do SUAS, pode-se incluí-lo nessa segunda categoria, especialmente no que diz respeito ao trabalho diretamente relacionado ao provimento de serviços e benefícios. Trata-se de um trabalho desenvolvido em contextos socioculturais diversos e com base na relação intersubjetiva envolvendo profissionais e equipes

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

de trabalho, de um lado; e de outro, indivíduos, famílias, coletivos e populações, com perfis diversificados e que apresentam demandas e necessidades também diversificadas. Tais variedade e diversidade de contextos, públicos e objetivos inviabiliza a padronização do trabalho em um único modelo de organização técnica e impõe aos trabalhadores e às equipes de referência a necessidade de uma constante e permanente reflexão quanto à adequação dos seus processos de trabalho e práticas profissionais ao contexto sociocultural em que se desenrolam, ao público e à finalidade para os quais se destinam.

Em razão disso, no contexto do SUAS não se trata, portanto, do desenvolvimento de competências meramente técnicas, mas de competências socioprofissionais, ou seja, do desenvolvimento de competências compreendidas na tridimensionalidade técnica, ética e política do conceito. Perspectiva esta assumida pelo curso aqui estruturado.

c. AS COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS

Tomando por base os processos de trabalho relacionados à operacionalização do SUAS, as ações de formação e capacitação devem atentar para o desenvolvimento de diferentes tipos e níveis de competências, conforme quadro abaixo:

COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS	
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS OU SISTÊMICAS	Conhecimentos, habilidades e atitudes:
	Relacionadas ao cumprimento da missão e objetivos do Sistema. Relacionadas ao funcionamento processual da arquitetura organizacional do SUAS: relações federativas, entre diferentes órgãos, instâncias, unidades e equipamentos que compõem o sistema ou implicados na sua implementação.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS

ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

COMPETÊNCIAS PARTICIPATIVAS	Relacionadas à participação em conselhos, conferências e nos serviços, ao exercício do controle social das políticas públicas e à compreensão do papel desempenhado pelas organizações da sociedade e pelos movimentos sociais na efetivação dos direitos socioassistenciais (participação nos serviços).
COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS	Relacionadas ao desempenho da função e atribuição que cada profissional desempenha no processo de trabalho de uma dada organização.
COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	Relacionadas ao gerenciamento de órgãos, unidades, equipamentos, serviços, e equipes de trabalho, planejamento de serviços e ações.
COMPETÊNCIAS COLETIVAS	Relacionadas ao desenvolvimento do trabalho em equipe. Resulta da articulação ou combinação sinérgica das competências individuais para consecução de um mesmo objetivo.

Sem prejuízo da merecida atenção ao desenvolvimento de competências individuais, incluindo as gerenciais, vale destacar que no âmbito do curso aqui planejado deve ser dada relevância ao desenvolvimento de competências coletivas, por se tratar de uma ação de capacitação dirigida aos trabalhadores envolvidos no provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais. Contexto no qual o trabalho é realizado por equipes multidisciplinares: as chamadas equipes de referência.

Assim, como parte deste curso de capacitação, os processos de trabalho, os contextos de intervenção e as práticas profissionais das equipes de referência e dos profissionais que as compõem podem ser problematizados pelo menos em três direções básicas: (i) quanto às formas de interação entre esses diferentes profissionais para a consecução dos objetivos das equipes de trabalho; (ii) quanto às formas de interação entre essas equipes/profissionais e os usuários/beneficiários dos serviços e benefícios; e (iii) quanto à capacidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais existentes de acolherem

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

as diferentes demandas e necessidades apresentadas pelos usuários e beneficiários do SUAS e a elas responderem adequadamente, na direção da garantia dos direitos sociais demandados.

Considerando que a melhoria na qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais passa necessariamente pelo aprimoramento, atualização e qualificação de práticas profissionais e pela reorganização e readequação de processos de trabalho, a ação pedagógica orientada pelos tópicos acima arrolados almeja produzir maior abertura dos capacitandos à necessidade de tal modificação e a estimulá-los na busca pelos meios de sua efetivação. Contribuirá para isso a inserção dos alunos em processos de aprendizagem significativa.

**d. DESENVOLVER PROCESSOS DE APRENDIZAGEM
SIGNIFICATIVA**

Por significativo compreende-se o processo de aprendizagem que se desenvolve pela interiorização de novos conhecimentos, habilidades e atitudes a partir da mobilização dos saberes e experiências prévias do educando. Via pela qual o processo de apreensão do novo saber atua também sobre a estrutura dos conhecimentos e experiências pré-existentes de forma a promover sua ressignificação.

A mobilização da aprendizagem significativa depende, entre outras, de duas condições essenciais. A primeira, de ordem individual/psicológica, diz respeito à disposição do aluno quanto à ação de capacitação e à sua própria aprendizagem. A segunda condição se refere à relevância para o trabalhador/aprendiz dos conteúdos e objetivos que orientam o processo de capacitação. Sentido de relevância que também possui uma dimensão individual/psicológica, mas que, segundo o pressuposto aqui adotado, está significativamente associado à eficácia do planejamento instrucional e da ação

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

pedagógica em responder adequadamente (ou não) às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais.

Processos de aprendizagem significativa podem ser estimulados por meio do uso de uma grande variedade de estratégias instrucionais que permitem incorporar ao ensino e à aprendizagem: as experiências de vida e de trabalho do capacitando; seus valores, conhecimentos e habilidades; e as características e especificidades dos contextos locais e regionais relevantes para o exercício de suas funções de trabalho. Uma vez trazidos à tona, esses valores, conhecimentos, experiências e contextos socioculturais significativos para os alunos servem de ancoragem cognitiva aos novos conteúdos, valores e experiências trabalhados no processo de capacitação.

Por meio de um processo de ensino e aprendizagem assim estruturado, mantendo-se o foco na construção de respostas às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais dos alunos, a capacitação contribuirá para a formação no SUAS de uma cultura de permanente aprendizado no trabalho e por meio do trabalho. Objetivo este que se encontra no cerne da perspectiva da educação permanente e que é de vital importância para a promoção da melhoria contínua da qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais e da gestão do SUAS.

6. MATRIZ PEDAGÓGICA

Com base na perspectiva didático-pedagógica acima apresentada, a ação de capacitação descrita neste projeto pedagógico tem sua organização e desenho sistematizados no formato que consta da Matriz Pedagógica a seguir. Nela encontram-se definidos: a) os conteúdos instrucionais, organizados por módulo; b) a carga horária dedicada a cada módulo e unidade de conteúdo; c) os objetivos instrucionais ou de aprendizagem de cada módulo e unidade de

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

conteúdo; d) o enfoque ou direcionamento que se pretende dar ao trabalho relacionado a cada módulo e unidade de conteúdo; e) as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas para cada unidade de conteúdo.

Por meio desta matriz procura-se evidenciar a dinâmica do trabalho pedagógico a ser desenvolvido a partir da relação entre conteúdos de aprendizagem, objetivos instrucionais, enfoques pelos quais os conteúdos devem ser abordados e atividades pedagógicas relacionadas a cada unidade de conteúdo. A forma pela qual esses elementos encontram-se combinados constitui, por assim dizer, o caráter pedagógico do curso.

a. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Na matriz pedagógica os objetivos de aprendizagem são representados pelas capacidades identificadas como necessárias aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS e aos conselheiros da Assistência Social. Na perspectiva aqui adotada, são compreendidos como elementos centrais e ordenadores de todo o processo pedagógico, que inclui o planejamento instrucional, o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação da aprendizagem e a avaliação da eficácia da capacitação. Isso significa que:

- (i) no planejamento instrucional a definição de tais objetivos precede e orienta a seleção e organização modular dos conteúdos a serem trabalhados e do enfoque a partir do qual esses conteúdos serão abordados;
- (ii) no processo de ensino os conteúdos selecionados devem ser trabalhados de acordo com o enfoque definido e por meio das atividades pedagógicas indicadas, visando à realização dos objetivos instrucionais planejados;

PROJETO PEDAGÓGICO

(iii) as avaliações de aprendizagem e as relativas à eficácia das ações de capacitação buscam identificar o grau de realização dos objetivos pretendidos.

Portanto, a realização dos objetivos de aprendizagem estabelecidos para esta ação de capacitação consiste em desenvolver junto aos alunos as capacidades correspondentes a esses objetivos, que, no caso do presente projeto pedagógico, se referem, fundamentalmente, àquelas relacionadas a conhecimentos e atitudes, que formam, junto com as habilidades, o tripé que constitui o conceito de competência, aqui já referido.

b. CONTEÚDOS, ENFOQUES E CARGA HORÁRIA

Os conteúdos que constam da matriz pedagógica foram definidos a partir das competências que se pretende desenvolver junto aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS e aos conselheiros da Assistência Social. No desenrolar das atividades pedagógicas, o conhecimento, a assimilação e a compreensão desses conteúdos são essenciais para o alcance dos objetivos instrucionais.

A matriz também indica o enfoque pelo qual esses conteúdos deverão ser abordados, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem. Dentre as diferentes abordagens que podem ser dadas a um determinado conteúdo, o enfoque dirige a atenção do trabalho pedagógico para aquela que se afigura mais adequada aos objetivos perseguidos pela ação de capacitação.

A carga horária definida para cada módulo e unidade de conteúdos procura responder ao grau de complexidade do conteúdo a que se refere, ao seu respectivo enfoque e ao tipo de atividade que lhe serve de substrato didático-pedagógico. No entanto, dada a imprevisibilidade da resposta de cada

PROJETO PEDAGÓGICO

turma ao desenho do curso, este tópico poderá sofrer adequações incrementais no sentido de promover uma maior aproximação entre o que foi planejado e condições reais de execução das ações de capacitação.

c. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Da matriz pedagógica constam dois tipos de atividades pedagógicas: **aulas expositivas/dialogadas** e **oficinas de aprendizagem**. A primeira corresponde à apresentação dos conteúdos de forma didática e sistematizada, de acordo com um enfoque determinado, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem planejados, e de modo a estimular e acolher a participação dos capacitandos. Por sua vez, a segunda atividade consiste no desenvolvimento de uma ou de um conjunto de dinâmicas e estratégias de trabalho (estudos de caso, resoluções de problema, dramatizações, etc) que permita aos alunos fazer a mediação entre o saber teórico-conceitual e as questões derivadas de suas práticas profissionais, dos seus processos de trabalho ou do contexto social no qual atuam.

As oficinas de aprendizagem constituem momento e espaço privilegiados de consolidação do aprendizado teórico-conceitual e de sua aplicação à leitura da realidade, à avaliação de condutas alternativas, à resolução de problemas, etc. Ao permitir o desenvolvimento combinado de diferentes capacidades cognitivas (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação) e afetivas (receptividade, resposta, valorização, organização e caracterização, relacionadas a valores), essas oficinas ocupam, por assim dizer, o centro da ação de capacitação.

Em que pese o fato de a matriz pedagógica indicar a realização de oficinas de aprendizagem sobre conteúdos determinados, sugere-se a inclusão de atividades similares e com a mesma finalidade em outras unidades do curso

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

sempre que isso for possível e contribua para a realização dos objetivos de aprendizagem.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

d. QUADRO DA MATRIZ PEDAGÓGICA

CURSO DE “ATUALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”					
MÓDULO/ UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO I	Planejamento e Política de Assistência Social	8 horas			
Unidade 1	<p>1.1 Planejamento governamental e o ciclo de gestão de políticas públicas.</p> <p>1.2 Instrumentos de Planejamento Orçamentário: PPA, LDO e LOA.</p> <p>1.3 Articulação dos instrumentos de Planejamento com a Política de Assistência Social</p> <p>1.4 Modelos de planejamento: tradicional e estratégico</p>	8 horas	<p>✓ Compreender o conceito e prática de planejamento estatal no contexto da construção de políticas públicas;</p> <p>✓ Compreender e diferenciar os modelos de planejamento aplicados às políticas públicas;</p> <p>✓ Compreender o ciclo orçamentário no contexto do planejamento e da Política</p>	<p>✓ Problematizar o que é planejamento governamental, como se faz e sua importância para a Política de Assistência Social;</p> <p>✓ Refletir e diferenciar os modelos de planejamento existentes;</p> <p>✓ Problematizar o planejamento orçamentário e sua relação com a política</p>	<p>✓ Aula expositiva/Dialogada;</p> <p>✓ Vídeos sobre o ciclo orçamentário e PNAS (canal MDS no Youtube);</p>

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	situacional.		de Assistência Social;	de Assistência Social;	
Unidade 2	2.1 O que é o Plano de Assistência Social (PAS).		✓ Conceituar o PAS à luz dos principais normativos do SUAS;		
	2.2 Plano de Assistência Social, Plano de Execução Anual e Plano de Ação		✓ Identificar a relação entre o PAS e o Plano de Ação Municipal;	✓ A concepção de planejamento aplicado ao contexto da Política de Assistência Social: a descentralização federativa e a participação social;	
	2.3 O papel das instâncias de participação, deliberação, pactuação e controle social na construção do PAS.		✓ Compreender como as instâncias de pactuação e deliberação da Política de Assistência Social podem contribuir na elaboração do PAS;	✓ O PAS enquanto ferramenta para a garantia dos direitos socioassistenciais e consolidação do SUAS.	
	2.4 Atores envolvidos na construção do Plano: Prefeitura, conselheiros, rede socioassistencial, Câmara Municipal ou Distrital, trabalhadores e usuários do SUAS.		✓ Identificar o papel de diferentes atores sociais na construção do PAS.		

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

MÓDULO/ UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO II	A construção do Plano de Assistência Social	24 horas	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos	
Unidade 1	1.1.O diagnóstico socioterritorial: coleta, organização e análise dos dados e informações necessárias para a construção do PAS.	4 horas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar as informações relevantes para a construção do PAS e as fontes em que são disponibilizadas; ✓ Selecionar, organizar e relacionar as informações coletadas para a construção do PAS; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Descrever o papel da vigilância socioassistencial e a sua importância na construção do diagnóstico socioterritorial ✓ Apresentar fontes e coleta e metodologia de organização e análise de dados e informações para a construção do diagnóstico socioterritorial; ✓ Organizar os alunos em grupos de trabalho e orientá-los na elaboração de diagnóstico socioterritorial a partir de dados e informações estruturados 	✓ Oficina de aprendizagem.
Unidade 2	2.1. Estrutura básica do PAS (cf. Cap. III da NOB/SUAS, de	16 horas	✓ Identificar a razão de ser dos diferentes elementos que	✓ Construção de um PAS com base na realidade do Município em que	

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	<p>2012):</p> <p>a) Dados de identificação do Plano;</p> <p>b) Introdução;</p> <p>c) Diagnóstico socioterritorial;</p> <p>d) Objetivos;</p> <p>e) Diretrizes e prioridades deliberadas;</p> <p>f) Ações estratégicas;</p> <p>g) Metas;</p> <p>h) Resultados e impactos esperados;</p> <p>i) Recursos materiais, humanos e financeiros;</p> <p>j) Mecanismos e fontes de financiamento;</p> <p>k) Cobertura da rede prestadora de serviços;</p> <p>l) Indicadores de monitoramento e avaliação; m) Espaço temporal de execução;</p>		<p>compõem o PAS;</p> <p>✓ Relacionar os diferentes elementos que compõem o PAS;</p> <p>✓ Elaborar um PAS conforme a estrutura básica estudada;</p>	<p>o participante atua;</p>	
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------	--

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

Unidade 3	3.1 A construção do Plano de Execução Anual	4 horas	Elaborar um Plano de Execução Anual em conformidade com a estrutura básica estudada e com base no PAS elaborado.	✓ Construção de um Plano de Execução Anual com base no PAS elaborado.	
----------------------------	---------------------------------------------	---------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------	--

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

MÓDULO/ UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO III	Monitoramento e controle social do PAS	8 horas			
Unidade 1	<p>1.1.A importância do monitoramento no ciclo de gestão do PAS;</p> <p>1.2.O papel do controle social no monitoramento da execução do PAS;</p> <p>1.3.Noções básicas de indicadores sociais;</p> <p>1.4.Construção de indicadores de monitoramento do PAS;</p> <p>1.5.Articulação entre o monitoramento da execução do PAS e as informações</p>	8 horas	<p>A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:</p> <p>✓ Compreender como o controle social contribui para o aprimoramento do PAS;</p> <p>✓ Construir indicadores de monitoramento do PAS;</p> <p>✓ Compreender o papel do monitoramento da execução do PAS e da Vigilância socioassistencial;</p>	<p>Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:</p> <p>✓ O lugar do monitoramento no ciclo de gestão da política de assistência social;</p> <p>✓ O papel do controle social no monitoramento da execução do PAS;</p> <p>✓ Construção de indicadores para o monitoramento do PAS elaborado na oficina de aprendizagem do módulo anterior;</p> <p>✓ O monitoramento da execução</p>	<p>✓ Aula expositiva/Dialogada</p> <p>✓ Aula expositiva/Dialogada</p> <p>✓ Oficina de aprendizagem</p> <p>✓ Aula expositiva/Dialogada</p>

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	produzidas pela Vigilância Socioassistencial para o replanejamento e a atualização do PAS.		✓ Compreender o papel da Vigilância Socioassistencial no processo de atualização e reconfiguração do PAS.	do PAS e a Vigilância Socioassistencial enquanto mecanismos de produção de subsídios informacionais para a reconfiguração do PAS.	
--	--------------------------------------------------------------------------------------------	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

7. RECURSOS INSTRUCIONAIS

Cabe à instituição executora da ação de capacitação definir os recursos instrucionais a serem utilizados no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Na definição desses recursos devem ser consideradas a perspectiva pedagógica norteadora da capacitação, os tipos de atividades instrucionais a serem realizadas e os objetivos de aprendizagem perseguidos. Nesse sentido, deve ser dada preferência aos seguintes recursos: a) que favoreçam o diálogo entre, de um lado, os aspectos teórico-conceituais estudados e, de outro, as práticas profissionais, os processos de trabalho e o contexto social em que os alunos atuam; b) que motivem a participação dos alunos; e c) que permitam o desenvolvimento de exercícios práticos de aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos na capacitação.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem por finalidade gerar evidências e informações que permitam um julgamento fundamentado quanto ao aproveitamento do curso por cada aluno em particular, e quanto à eficácia da capacitação em geral. Esse julgamento de eficácia diz respeito à realização dos objetivos de aprendizagem e, portanto, do sucesso da capacitação em formar junto aos alunos as capacidades expressas por esses objetivos.

Considerando o curto período de tempo previsto para o desenvolvimento da ação de capacitação aqui referida e a importância das oficinas de aprendizagem para a formação das capacidades e competências almejadas, propõe-se, enquanto instrumento de avaliação da aprendizagem e, portanto, como Trabalho de Conclusão de Curso, os produtos resultantes do desenvolvimento das oficinas de aprendizagem indicadas no quadro “Matriz Pedagógica” do curso.

PROJETO PEDAGÓGICO

Em relação a esses produtos da aprendizagem e instrumentos de avaliação caberá apenas um de dois julgamentos possíveis: desempenho satisfatório ou desempenho insatisfatório. A menção satisfatória indica que, na realização da atividade, o aluno demonstrou apreensão das capacidades objetivadas pelo curso. A menção insatisfatória, ao contrário, indica que o aluno não demonstrou a apreensão de tais capacidades. O resultado da aprendizagem assim mensurado representará, para efeito de certificação, a medida do desempenho do aluno no curso de capacitação.

9. CERTIFICAÇÃO

A certificação quanto à realização do curso de capacitação ficará a cargo da instituição de ensino que o tenha executado. De acordo com a carga horária prevista, este curso corresponde a um curso de extensão universitária ou similar.

O aluno terá direito ao certificado desde que tenha: a) frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades pedagógicas programadas; e b) concluído o curso com aproveitamento satisfatório.

É importante observar no período da confecção dos certificados as orientações referentes aos direitos de imagens conforme a previsão no Termo de Aceite do Programa CapacitaSUAS.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE J, Pereira A. *A estratégia de ensino aprendizagem*. 26^a ed. Petrópolis: Vozes; 2005.

PROJETO PEDAGÓGICO

BORDENAVE JED. Alguns fatores pedagógicos. In: Santana JP, Castro JL, organizadores. *Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos – CADRHU*. Natal: Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/ Editora da UFRN; 1999. p. 261-268.

BORGES-ANDRADE, Jairo E. ABBAD, Gardênia da Silva, MOURÃO, Lucinao (etall). *Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organização e Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e Disseminação de Capacidade Pedagógica na Saúde. Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, Vol. 10, nº 4, p.p. 975-986, 2005.

CECCIM, Ricardo Burg e FEUERWERKER, Laura C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área de Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. Rio de Janeiro: PHSIS - Saúde Coletiva, Vol. 14, nº 1, p.p. 41-65, 2004.

FREIRE P. *Educação como prática de liberdade*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2006.

Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito sociassistencial. In: *Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

Haidt, Regina Célia Cazaux. *Curso de Didática Geral*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

MOREIRA, Marco Antonio. *A Teoria da Aprendizagem Significativa e Sua Implementação em Sala de Aula*. Brasília: Editora UnB, 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. In: Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

PACHECO, Luzia; SCOFANO, A. C.; BECKERT, M.; SOUZA, V. Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (Série Gestão de Pessoas).

PERRENOUD P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Art- Med; 1999.

PLANOS DE ASSISTENCIA SOCIAL: diretrizes para elaboração / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008, 120 p.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)/Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Brasília, 2005.

Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS)/Resolução CNAS nº 8, de 6 de março de 2012. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas.

RODRIGUES JÚNIOR, José Florêncio. A Taxonomia de Objetivos Educacionais. Brasília: Editora UnB, 2007.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 17ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, V. 1).

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

CAPACITASUAS – CURSO 3

**CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)**

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

APRESENTAÇÃO

A oferta do Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) expressa a responsabilidade compartilhada entre gestores das três esferas federativas no sentido de implementar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo para dotá-lo de parâmetros de qualidade e atualidade teórico-metodológica.

No contexto de um país de dimensões continentais, o presente projeto pedagógico pretende fornecer elementos e diretrizes que visam assegurar unidade nacional na execução do referido curso. No entanto, na medida em que se trata de um instrumento destinado a melhorar e a conferir maior efetividade ao planejamento no tocante à política de assistência social, sua oferta está sujeita a adequações incrementais às especificidades locais e regionais. Não representa, portanto, uma camisa de força tendente a engessar o processo pedagógico, sempre mais rico e complexo do que pintado pelos modelos de planejamento.

A bem-sucedida implementação da ação de capacitação consubstanciada neste projeto pedagógico, ante a urgência de qualificação dos trabalhadores do SUAS, representa relevante contribuição à consolidação de um sistema por meio do qual o Estado e a sociedade brasileira avançam na construção de uma nação mais justa e igualitária. A esta tarefa estão convocados o conjunto de instituições, professores, especialistas, técnicos e profissionais envolvidos na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

SUMÁRIO

- 1. Identificação do Curso**
- 2. Justificativa**
- 3. Objetivos do Curso**
 - a. Geral**
 - b. Específico**
- 4. Público**
- 5. Perspectiva Didático-Pedagógica**
 - a. O Princípio da Educação Permanente**
 - b. Desenvolver competências socioprofissionais**
 - c. As Competências socioprofissionais requeridas pelo SUAS**
 - d. Desenvolver processos de aprendizagem significativa**
- 6. Matriz Pedagógica**
 - a. Objetivos de Aprendizagem**
 - b. Conteúdos, Enfoques e Carga Horária**
 - c. Atividades Pedagógicas**
 - d. Quadro da Matriz Pedagógica**
- 7. Recursos Pedagógicos**
- 8. Avaliação da Aprendizagem**
- 9. Certificação**
- 10. Referências Bibliográficas do Projeto Pedagógico**

PROJETO PEDAGÓGICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS	
Instituição Executora A ser selecionada pelos estados, no âmbito do Programa CapacitaSUAS.	
Modalidade de Oferta Presencial	Carga Horária 40 horas

2. JUSTIFICATIVA

A oferta do Curso de Vigilância socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no patamar de atualização se justifica pelo fato de o momento atual do SUAS exigir do desempenho dessa função no processo de gestão, ao tempo em que estados e municípios se organizam para exercê-la de forma qualificada.

Status de implantação	Estados e DF	Municípios
Sim, na estrutura formal do órgão gestor	30,8%	33,3%
Sim, de maneira informal	57,7%	36,0%
Não constituída	11,5%	30,7%
Total	100%	100%

O exercício da Vigilância Socioassistencial é previsto pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) como uma referência fundamental na organização e funcionamento do SUAS. Produz os insumos necessários para a efetivação da universalidade do SUAS com qualidade, pois organiza e dissemina dados de monitoramento e avaliação que subsidiam as atividades de

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

planejamento e execução da assistência social. Está diretamente vinculado à gestão e aos objetivos de construção dessa política pública enquanto dever do Estado e direito do cidadão, estabelecidos pela LOAS de 1993 e atualizada pela Lei 12.435/2011 (Lei do SUAS).

O artigo primeiro da NOB-SUAS 2012 institui a Vigilância Socioassistencial como uma das três funções da política de assistência social. Adiante, em seu artigo 87, ela especifica de quais informações a Vigilância Socioassistencial deve tratar. A Vigilância é responsável por produzir, analisar, sistematizar e disseminar informações territorializadas sobre situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; e também informações sobre o tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

Pressupõe uma conexão com o mundo real da gestão da política de assistência social, visão de totalidade e um conhecimento profundo do território capaz de dar sentido aos dados. Envolve, por um lado, (re) conhecer os riscos sociais que se apresentam na dinâmica vivencial das famílias do território (e as barreiras de acesso a direitos) e auxiliar na antecipação da ação socioassistencial necessária para fazer frente a esses riscos. Por outro lado, envolve também (re) conhecer a oferta de serviços socioassistenciais e a forma como a rede opera; informações sobre a cobertura do atendimento e seus resultados a fim de elaborar indicadores e recomendações para a gestão que ajudem a qualificar a proteção social básica e a especial ofertadas nos territórios.

“Para cumprir seus objetivos a Vigilância Socioassistencial:

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS

ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

- produz e sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidade social, que incidem sobre famílias e sobre os indivíduos nos diferentes ciclos de vida;

- monitora a incidência das situações de violência, negligência e maus tratos, abuso e exploração sexual, que afetam famílias e indivíduos, com especial atenção para aquelas em que são vítimas crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

- identifica pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono;

- identifica a incidência de vítimas de apartação social, que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;

- monitora os padrões de qualidades dos serviços de Assistência Social, com especial atenção para aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários;

- analisa a adequação entre as necessidades de proteção social da população e a efetiva oferta dos serviços socioassistenciais, considerando o tipo, volume, qualidade e distribuição espacial dos mesmos;

- auxilia a identificação de potencialidades dos territórios e famílias neles residentes” (BRASIL, 2013, p. 10).

Técnicos da função de gestão, gestores estaduais, distritais, municipais e coordenadores dos equipamentos da Assistência Social necessitam desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para a Vigilância Socioassistencial balizados pelos princípios da Matricialidade sociofamiliar, territorialização, descentralização e participação democrática. A partir desses marcos devem trabalhar com dados e informações para produzir relatórios úteis para a prática. A própria gestão do SUAS e os serviços da proteção social básica e da especial são “clientes” da Vigilância Socioassistencial.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

Nesse sentido, conforme documento de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, o “desenvolvimento de capacidades de planejamento e gestão torna-se crucial para o amadurecimento da assistência social como política pública setorial, à qual compete garantir ou mediar o acesso a direitos sociais específicos. Nesse contexto, os processos de produção, análise e utilização de informações ganham relevância na medida em que possibilitam qualificar a intervenção dos agentes públicos de forma que suas ações produzam processos e resultados mais condizentes com as expectativas e necessidades da população em geral e, em particular, dos segmentos sociais mais vulneráveis” (BRASIL, 2013, p. 7). As necessidades de desenvolvimento dessas capacidades no contexto de crescimento da demanda pelo desenvolvimento da Vigilância Socioassistencial na PNAS justificam a oferta do curso objeto deste Projeto Pedagógico.

3. OBJETIVOS

a. GERAL

Desenvolver competências em gestores e técnicos da gestão estaduais, distritais e municipais para o desenvolvimento de atividades inerentes à função de Vigilância Socioassistencial em seus âmbitos de atuação.

b. ESPECÍFICOS

- (i) Familiarizar o público da capacitação com métodos, sistemas e softwares que apoiem a sistematização da informação;
- (ii) Fomentar a cultura da informação na tomada de decisões, planejamento, execução, monitoramento e avaliação no SUAS;

PROJETO PEDAGÓGICO

- (iii) Atualizar o público da capacitação quanto ao conhecimento e à compreensão dos principais marcos teóricos, objetivos, e conceitos da Vigilância Socioassistencial, em especial os de território, risco e vulnerabilidade;
- (iv) Qualificar os participantes no uso e gestão de sistemas de informação úteis para produção de diagnósticos socioterritoriais e temáticos sobre a demanda socioassistencial, a fim de subsidiar a Vigilância de Riscos e Vulnerabilidades;
- (v) Qualificar os participantes no uso e gestão de sistemas de informação úteis para sistematização de dados sobre as condições de oferta e de operacionalização dos serviços, programas, projetos e entregas no âmbito do SUAS, a fim de subsidiar a Vigilância de Padrões e Serviços;
- (vi) Desenvolver capacidades técnicas para a produção de relatórios de monitoramento e avaliação dos serviços públicos socioassistenciais ofertados nas redes pública e privada de atendimento do SUAS (tipo, volume e qualidade), quanto de demandas por seguranças sociais (acolhida, convívio, e sobrevivência) e defesa de direitos;
- (vii) Qualificar os participantes para a elaboração de relatórios propositivos que auxiliem a gestão nas atividades de planejamento e execução, especialmente o diagnóstico socioterritorial e o monitoramento dos Planos de Ação da assistência social; e que apoiem a ação das equipes de CRAS e CREAS nos territórios, especialmente nas ações de busca ativa.

4. PÚBLICO

Gestores e técnicos de nível superior das secretarias de assistência social dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

5. PERSPECTIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A ação de capacitação aqui planejada orienta-se por uma perspectiva didático-pedagógica baseada em três pilares: o princípio da educação permanente; o foco no desenvolvimento de capacidades e competências voltadas para ações de proteção social; e a priorização de processos de aprendizagem significativa.

a. O PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Entende-se por Educação Permanente o processo de atualização e renovação contínua e cotidiana das práticas profissionais e condutas existenciais de pessoas, equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo esse mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional e da própria vida em sociedade.

O princípio da Educação Permanente não se refere, portanto, apenas a processos de educação formal. Em um sentido mais amplo, ele diz respeito à formação de pessoas visando dotá-las das ferramentas cognitivas e operativas que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a condutas, procedimentos, e quanto aos meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho e à resolução dos problemas com os quais se deparam. Sua adoção representa uma inovação na forma de planejamento das ações de capacitação dirigidas aos trabalhadores do SUAS.

PROJETO PEDAGÓGICO

O modelo formal de planejamento de ações de capacitação toma por base o diagnóstico de necessidades para o desenho dos cursos a serem ofertados. Esse diagnóstico é comumente realizado por meio da caracterização da lacuna de competências, identificada em uma dada organização ou contexto de trabalho. Tal lacuna consiste na inexistência de competências necessárias, as quais determinam, portanto, o desenho e o formato das ações de capacitação.

A esse modelo formal de planejamento educacional, o princípio da educação permanente acrescenta algo mais substancial ao ancorá-lo aos processos de trabalho e às práticas profissionais observadas nos mais diversos contextos. Assim, no âmbito do SUAS, tanto o processo de identificação da lacuna de competências quanto o desenho das ações de capacitação destinadas ao fechamento dessa lacuna devem partir dos problemas e dificuldades evidenciados no exercício das práticas profissionais relacionadas à gestão participativa do Sistema e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Essa centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais para o planejamento das ações de capacitação responde ao importante papel que desempenham como mediadores da concretização dos serviços e benefícios socioassistenciais. Sendo assim, a promoção de melhorias na qualidade do provimento dos serviços e benefícios do SUAS passa, necessariamente, pela qualificação desses mediadores.

O princípio da educação permanente chama atenção para o fato de que a realização dessas melhorias de qualidade exige a estruturação de um modelo de capacitação que permita a oferta de ações de caráter permanente e continuado, em diferentes níveis de formação e com diferentes graus de complexidade: (i) direcionadas à diversidade de sujeitos envolvidos na implementação do SUAS; (ii) que tenham por preocupação central a reflexão sobre os processos de

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

trabalho e as práticas profissionais; (iii) dirigidas para o desenvolvimento das competências das quais o Sistema necessita; e (iv) capazes de possibilitar processos de aprendizagem significativa e de desenvolver a capacidade de os trabalhadores aprenderem de forma coletiva nos seus próprios ambientes de trabalho e a partir das experiências nele vivenciadas.

b. DESENVOLVER COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS

Entende-se por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições de um trabalhador, visando ao alcance dos objetivos da instituição, órgão, equipamento, ou serviço no quadro dos quais exerce sua atividade profissional. Diz-se, assim, que conhecimentos, habilidades e atitudes constituem o tripé de capacidades que ao serem mobilizadas pelo trabalhador para a realização de atividades específicas conformam sua competência profissional.

Apesar de usado geralmente como sinônimo de habilidade (que constitui sua dimensão técnica), competência é um conceito tridimensional (conhecimentos e atitudes correspondendo às suas dimensões ética e política). Restrito à sua dimensão técnica o conceito de competência aplica-se exclusivamente a processos de treinamento e capacitação voltados para o desenvolvimento de habilidades motoras repetitivas, cujos contextos e significado podem se manter estranhos ao trabalhador sem que isso represente prejuízo para a qualidade do trabalho. No entanto, as duas outras dimensões devem ser ressaltadas quando, para além do desenvolvimento de habilidades, o processo de capacitação almeja a formação de conhecimentos e atitudes. Caso em que o estranhamento quanto ao contexto e ao significado ético e político do trabalho resulta inescapavelmente em grave prejuízo à qualidade do trabalho.

Devido às características próprias do trabalho realizado no âmbito do

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

SUAS, pode-se incluí-lo nessa segunda categoria, especialmente no que diz respeito ao trabalho diretamente relacionado ao provimento de serviços e benefícios. Trata-se de um trabalho desenvolvido em contextos socioculturais diversos e com base na relação intersubjetiva envolvendo profissionais e equipes de trabalho, de um lado; e de outro, indivíduos, famílias, coletivos e populações, com perfis diversificados e que apresentam demandas e necessidades também diversificadas. Tais variedade e diversidade de contextos, públicos e objetivos inviabiliza a padronização do trabalho em um único modelo de organização técnica e impõe aos trabalhadores e às equipes de referência a necessidade de uma constante e permanente reflexão quanto à adequação dos seus processos de trabalho e práticas profissionais ao contexto sociocultural em que se desenrolam, ao público e à finalidade para os quais se destinam.

Em razão disso, no contexto do SUAS não se trata, portanto, do desenvolvimento de competências meramente técnicas, mas de competências socioprofissionais, ou seja, do desenvolvimento de competências compreendidas na tridimensionalidade técnica, ética e política do conceito. Perspectiva esta assumida pelo curso aqui estruturado.

c. AS COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS

Tomando por base os processos de trabalho relacionados à operacionalização do SUAS, as ações de formação e capacitação devem atentar para o desenvolvimento de diferentes tipos e níveis de competências, conforme quadro abaixo:

COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS	
	Conhecimentos, habilidades e atitudes:

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS

ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS OU SISTÊMICAS	Relacionadas ao cumprimento da missão e objetivos do Sistema. Relacionadas ao funcionamento processual da arquitetura organizacional do SUAS: relações federativas, entre diferentes órgãos, instâncias, unidades e equipamentos que compõem o sistema ou implicados na sua implementação.
COMPETÊNCIAS PARTICIPATIVAS	Relacionadas à participação em conselhos, conferências e nos serviços, ao exercício do controle social das políticas públicas e à compreensão do papel desempenhado pelas organizações da sociedade e pelos movimentos sociais na efetivação dos direitos socioassistenciais (participação nos serviços).
COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS	Relacionadas ao desempenho da função e atribuição que cada profissional desempenha no processo de trabalho de uma dada organização.
COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	Relacionadas ao gerenciamento de órgãos, unidades, equipamentos, serviços, e equipes de trabalho, planejamento de serviços e ações.
COMPETÊNCIAS COLETIVAS	Relacionadas ao desenvolvimento do trabalho em equipe. Resulta da articulação ou combinação sinérgica das competências individuais para consecução de um mesmo objetivo.

Sem prejuízo da merecida atenção ao desenvolvimento de competências individuais, incluindo as gerenciais, vale destacar que no âmbito do curso aqui planejado deve ser dada relevância ao desenvolvimento de competências coletivas, por se tratar de uma ação de capacitação dirigida aos trabalhadores envolvidos no provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais. Contexto no qual o trabalho é realizado por equipes multidisciplinares: as chamadas equipes de referência.

Assim, como parte deste curso de capacitação, os processos de trabalho, os contextos de intervenção e as práticas profissionais das equipes de referência e dos profissionais que as compõem podem ser problematizados pelo menos em três direções básicas: (i) quanto às formas de interação entre esses

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

diferentes profissionais para a consecução dos objetivos das equipes de trabalho; (ii) quanto às formas de interação entre essas equipes/profissionais e os usuários/beneficiários dos serviços e benefícios; e (iii) quanto à capacidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais existentes de acolherem as diferentes demandas e necessidades apresentadas pelos usuários e beneficiários do SUAS e a elas responderem adequadamente, na direção da garantia dos direitos sociais demandados.

Considerando que a melhoria na qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais passa necessariamente pelo aprimoramento, atualização e qualificação de práticas profissionais e pela reorganização e readequação de processos de trabalho, a ação pedagógica orientada pelos tópicos acima arrolados almeja produzir maior abertura dos capacitandos à necessidade de tal modificação e a estimulá-los na busca pelos meios de sua efetivação. Contribuirá para isso a inserção dos alunos em processos de aprendizagem significativa.

**d. DESENVOLVER PROCESSOS DE APRENDIZAGEM
SIGNIFICATIVA**

Por significativo compreende-se o processo de aprendizagem que se desenvolve pela interiorização de novos conhecimentos, habilidades e atitudes a partir da mobilização dos saberes e experiências prévias do educando. Via pela qual o processo de apreensão do novo saber atua também sobre a estrutura dos conhecimentos e experiências pré-existentes de forma a promover sua ressignificação.

A mobilização da aprendizagem significativa depende, entre outras, de duas condições essenciais. A primeira, de ordem individual/psicológica, diz respeito à disposição do aluno quanto à ação de capacitação e à sua própria aprendizagem. A segunda condição se refere à relevância para o

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

trabalhador/aprendiz dos conteúdos e objetivos que orientam o processo de capacitação. Sentido de relevância que também possui uma dimensão individual/psicológica, mas que, segundo o pressuposto aqui adotado, está significativamente associado à eficácia do planejamento instrucional e da ação pedagógica em responder adequadamente (ou não) às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais.

Processos de aprendizagem significativa podem ser estimulados por meio do uso de uma grande variedade de estratégias instrucionais que permitem incorporar ao ensino e à aprendizagem: as experiências de vida e de trabalho do capacitando; seus valores, conhecimentos e habilidades; e as características e especificidades dos contextos locais e regionais relevantes para o exercício de suas funções de trabalho. Uma vez trazidos à tona, esses valores, conhecimentos, experiências e contextos socioculturais significativos para os alunos servem de ancoragem cognitiva aos novos conteúdos, valores e experiências trabalhados no processo de capacitação.

Por meio de um processo de ensino e aprendizagem assim estruturado, mantendo-se o foco na construção de respostas às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais dos alunos, a capacitação contribuirá para a formação no SUAS de uma cultura de permanente aprendizado no trabalho e por meio do trabalho. Objetivo este que se encontra no cerne da perspectiva da educação permanente e que é de vital importância para a promoção da melhoria contínua da qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais e da gestão do SUAS.

6. MATRIZ PEDAGÓGICA

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

Com base na perspectiva didático-pedagógica acima apresentada, a ação de capacitação descrita neste projeto pedagógico tem sua organização e desenho sistematizados no formato que consta da Matriz Pedagógica a seguir. Nela encontram-se definidos: a) os conteúdos instrucionais, organizados por módulo; b) a carga horária dedicada a cada módulo e unidade de conteúdo; c) os objetivos instrucionais ou de aprendizagem de cada módulo e unidade de conteúdo; d) o enfoque ou direcionamento que se pretende dar ao trabalho relacionado a cada módulo e unidade de conteúdo; e) as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas para cada unidade de conteúdo.

Por meio desta matriz procura-se evidenciar a dinâmica do trabalho pedagógico a ser desenvolvido a partir da relação entre conteúdos de aprendizagem, objetivos instrucionais, enfoques pelos quais os conteúdos devem ser abordados e atividades pedagógicas relacionadas a cada unidade de conteúdo. A forma pela qual esses elementos encontram-se combinados constitui, por assim dizer, o caráter pedagógico do curso.

a. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Na matriz pedagógica os objetivos de aprendizagem são representados pelas capacidades identificadas como necessárias aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS e aos conselheiros da Assistência Social. Na perspectiva aqui adotada, são compreendidos como elementos centrais e ordenadores de todo o processo pedagógico, que inclui o planejamento instrucional, o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação da aprendizagem e a avaliação da eficácia da capacitação. Isso significa que:

(iv) no planejamento instrucional a definição de tais objetivos precede e orienta a seleção e organização modular dos conteúdos a serem trabalhados e do enfoque a partir do qual esses conteúdos serão abordados;

PROJETO PEDAGÓGICO

- (v) no processo de ensino os conteúdos selecionados devem ser trabalhados de acordo com o enfoque definido e por meio das atividades pedagógicas indicadas, visando à realização dos objetivos instrucionais planejados;
- (vi) as avaliações de aprendizagem e as relativas à eficácia das ações de capacitação buscam identificar o grau de realização dos objetivos pretendidos.

Portanto, a realização dos objetivos de aprendizagem estabelecidos para esta ação de capacitação consiste em desenvolver junto aos alunos as capacidades correspondentes a esses objetivos, que, no caso do presente projeto pedagógico, se referem, fundamentalmente, àquelas relacionadas a conhecimentos e atitudes, que formam, junto com as habilidades, o tripé que constitui o conceito de competência, aqui já referido.

b. CONTEÚDOS, ENFOQUES E CARGA HORÁRIA

Os conteúdos que constam da matriz pedagógica foram definidos a partir das competências que se pretende desenvolver junto aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS e aos conselheiros da Assistência Social. No desenrolar das atividades pedagógicas, o conhecimento, a assimilação e a compreensão desses conteúdos são essenciais para o alcance dos objetivos instrucionais.

A matriz também indica o enfoque pelo qual esses conteúdos deverão ser abordados, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem. Dentre as diferentes abordagens que podem ser dadas a um determinado conteúdo, o enfoque dirige a atenção do trabalho pedagógico para aquela que se afigura mais adequada aos objetivos perseguidos pela ação de capacitação.

PROJETO PEDAGÓGICO

A carga horária definida para cada módulo e unidade de conteúdos procura responder ao grau de complexidade do conteúdo a que se refere, ao seu respectivo enfoque e ao tipo de atividade que lhe serve de substrato didático-pedagógico. No entanto, dada a imprevisibilidade da resposta de cada turma ao desenho do curso, este tópico poderá sofrer adequações incrementais no sentido de promover uma maior aproximação entre o que foi planejado e condições reais de execução das ações de capacitação.

c. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Da matriz pedagógica constam dois tipos de atividades pedagógicas: **aulas expositivas/dialogadas** e **oficinas de aprendizagem**. A primeira corresponde à apresentação dos conteúdos de forma didática e sistematizada, de acordo com um enfoque determinado, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem planejados, e de modo a estimular e acolher a participação dos capacitandos. Por sua vez, a segunda atividade consiste no desenvolvimento de uma ou de um conjunto de dinâmicas e estratégias de trabalho (estudos de caso, resoluções de problema, dramatizações, etc) que permita aos alunos fazer a mediação entre o saber teórico-conceitual e as questões derivadas de suas práticas profissionais, dos seus processos de trabalho ou do contexto social no qual atuam.

As oficinas de aprendizagem constituem momento e espaço privilegiados de consolidação do aprendizado teórico-conceitual e de sua aplicação à leitura da realidade, à avaliação de condutas alternativas, à resolução de problemas, etc. Ao permitir o desenvolvimento combinado de diferentes capacidades cognitivas (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação) e afetivas (receptividade, resposta, valorização,

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

organização e caracterização, relacionadas a valores), essas oficinas ocupam, por assim dizer, o centro da ação de capacitação.

Em que pese o fato de a matriz pedagógica indicar a realização de oficinas de aprendizagem sobre conteúdos determinados, sugere-se a inclusão de atividades similares e com a mesma finalidade em outras unidades do curso sempre que isso for possível e contribua para a realização dos objetivos de aprendizagem.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

d. QUADRO DA MATRIZ PEDAGÓGICA

MATRIZ PEDAGÓGICA DO CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL					
MÓDULO/UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO I	INTRODUÇÃO CONCEITUAL E ÀS NORMATIVAS	08h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	<p>1.O que é Vigilância Socioassistencial</p> <p>2.Marco Normativo – LOAS, PNAS, NOB, Tipificação dos Serviços Socioassistenciais</p> <p>3.Organização da Vigilância no âmbito da gestão do SUAS: institucionalidade, infraestrutura,</p>	04	<p>Compreender o conceito de Vigilância Socioassistencial e localizar suas principais referências normativas.</p> <p>Compreender a Vigilância Social enquanto meio de produção,</p>	<p>Apresentar a Vigilância Socioassistencial como processo e produto do trabalho com informações sobre o território que são necessárias para subsidiar as atividades de planejamento e execução do Sistema Único de Assistência Social em direção à universalização do atendimento com qualidade.</p>	<p>Aulas expositivas/ Dialogadas</p>

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	fluxos institucionais, e parcerias. 4. Apresentação das Macroatividades da Vigilância Socioassistencial		sistematização, análise e disseminação das informações territorializadas, voltadas para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.	Desconstrução do sentido de perseguição e controle relacionado ao verbo vigiar.	
Unidade 2	1. Conceitos centrais para a Vigilância Socioassistencial: <ul style="list-style-type: none"> • Risco, vulnerabilidade e território; • Demandas e ofertas socioassistenciais; • Gestão da informação, monitoramento, avaliação, e indicadores. 	04	Compreender os conceitos centrais para a Vigilância Socioassistencial	Enfocar a multidimensionalidade das situações de risco e vulnerabilidade social. Enfocar a plasticidade do conceito de território de vivência. Enfocar a ação da vigilância baseada em indicadores de monitoramento e avaliação	Aulas expositivas/ Dialogadas Oficina: Identificação de indicadores pertinentes à Vigilância

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

				acerca das situações de vulnerabilidade e risco e das ofertas do SUAS no intuito de produzir informação para a tomada de decisão.	
--	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

MÓDULO II	MACROATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SOCIASSISTENCIAL	32h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	<p>1. Organização, estruturação e padronização de informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação das fontes de informação primárias e secundárias já existentes no município • Processos e fluxos de produção de informações no município • Identificação das “lacunas” de informação e das possíveis ações para aprimoramento dos processos de produção de informações 	04	<p>Identificar as possíveis fontes de dados para Vigilância: primários e/ou secundários.</p> <p>Transformar o dado em informação útil para a tomada de decisão.</p>	<p>Estimular a pesquisa e a organização de dados para viabilizar a gestão direcionada à prevenção e não só a atenção à vitimização.</p> <p>Explorar o Registro Mensal de Atendimentos e Prontuário SUAS como forma de padronização da informação.</p> <p>Explorar a Tipificação como forma de padronização da proteção social do território.</p>	<p>Aulas expositivas/ Dialogadas Oficina de aprendizagem: Fontes de informação e produção de conhecimento</p>

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

<p>Unidade 2</p>	<p>1. Planejamento e Organização de ações de Busca Ativa 2. Notificação de Violências e Violações de Direitos</p>	<p>04</p>	<p>Oferecer subsídios e informações para o planejamento de ações de busca ativa para: a) inclusão no Cadastro Único; b) acesso a benefícios; c) acesso a serviços. Compreender regulamentações, instrumentos e fluxos referentes a “Notificação de Violências e Violações de Direitos”.</p>	<p>Apontar para a gestão da informação que considere a diversidade de estratégias e a necessidade de atuação conjunta com as Proteções e com outras políticas.</p>	<p>Aulas expositivas/ dialogadas Oficina: Preenchimento de relatório pré-estruturado para subsidiar as ações de Busca Ativa</p>
<p>Unidade 3</p>	<p>1. Gerenciamento e consulta de sistemas informacionais • Vigilância sobre riscos e vulnerabilidades das famílias no território:</p>	<p>08</p>	<p>Explorar sistemas e estratégias para a coleta de dados secundários em</p>	<p>Favorecer a absorção de caminhos para manipular e produzir bancos de dados em Excel, assim como produzir e interpretar tabelas e gráficos.</p>	<p>Aulas expositivas/ Dialogadas Oficina de aprendizagem: Laboratório de informática</p>

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	<p>CECAD, IDV, RMA;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vigilância sobre ofertas socioassistenciais e oportunidades no território: CadSUAS, CensoSUAS, SUASweb, entre outros. • Vigilância sobre aspectos de desenvolvimento social no território: Relatório de Informações Sociais (RI), e sistemas setoriais (SIDRA, DATASUS, Atlas do Desenvolvimento Humano). 		<p>diversos sistemas úteis ao trabalho da Vigilância.</p>	<p>Reforçar o caráter dinâmico e participativo que deve haver na produção e sistematização de dados assim como a visão ampliada e ajustável dos territórios balizada pela dimensão relacional.</p>	<p>de informática</p> <p>(questionário com solicitação de coleta de dados disponíveis em bases on-line)</p>
<p>Unidade 4</p>	<p>1.Elaboração de diagnósticos e estudos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico socioterritorial(com base em uma estrutura sugerida); • A Pesquisa Social para formulação e avaliação de 	<p>08</p>	<p>Reconhecer os elementos que compõem o desenho do diagnóstico socioterritorial</p> <p>Interpretar dados organizados sobre demanda e oferta socioassistencial no território</p>	<p>Problematizar a construção de diagnóstico socioterritorial a partir da perspectiva segundo a qual as vivências no território assumem características particulares (costumes, grupos sociais, razões da desproteção de acolhida,</p>	<p>Aulas expositivas/ Dialogadas Oficina de aprendizagem: Finalização crítica de um diagnóstico socioterritorial (análise da adequação</p>

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	políticas públicas		Identificar temas e possibilidades metodológicas para Pesquisas Sociais que colaborem com a formulação e avaliação da política de Assistência Social.	convívio e renda).	entre as necessidades da população e a oferta dos serviços com base em relatórios previamente organizados)
Unidade 5	<p>1. Monitoramento e Avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> Indicadores para monitoramento: de processos, produtos e resultados dos serviços socioassistenciais. Avaliação dos Serviços: auto-avaliação, avaliação por usuários; avaliação pela Gestão 	08	<p>Compreender a lógica de construção e as informações necessárias para realizar uma programação de monitoramento dos Serviços de caráter democrática e participativa.</p> <p>Produzir e estruturar indicadores de monitoramento e proceder ao registro deles em modelo de ficha descritiva.</p>	Atenção para que as informações produzidas façam sentido para as áreas de gestão e provisão, ou seja, que ajudem na mensuração do alcance de metas e pactos assumidos com vistas à construção da isonomia do atendimento e efetivação de direitos sociais.	<p>Aulas expositivas/ Dialogadas Oficina de aprendizagem (Divisão em grupos para desenho de indicadores para um Plano de monitoramento dos serviços)</p>

7. RECURSOS INSTRUCIONAIS

Cabe à instituição executora da ação de capacitação definir os recursos instrucionais a serem utilizados no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Na definição desses recursos devem ser consideradas a perspectiva pedagógica norteadora da capacitação, os tipos de atividades instrucionais a serem realizadas e os objetivos de aprendizagem perseguidos. Nesse sentido, deve ser dada preferência aos seguintes recursos: a) que favoreçam o diálogo entre, de um lado, os aspectos teórico-conceituais estudados e, de outro, as práticas profissionais, os processos de trabalho e o contexto social em que os alunos atuam; b) que motivem a participação dos alunos; e c) que permitam o desenvolvimento de exercícios práticos de aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos na capacitação.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem por finalidade gerar evidências e informações que permitam um julgamento fundamentado quanto ao aproveitamento do curso por cada aluno em particular, e quanto à eficácia da capacitação em geral. Esse julgamento de eficácia diz respeito à realização dos objetivos de aprendizagem e, portanto, do sucesso da capacitação em formar junto aos alunos as capacidades expressas por esses objetivos.

Considerando-se o curto período de tempo previsto para o desenvolvimento da ação de capacitação aqui referida e a importância das oficinas de aprendizagem para a formação das capacidades e competências almejadas, propõe-se, enquanto instrumento de avaliação da aprendizagem e, portanto como Trabalho de Conclusão de Curso, os produtos resultantes do desenvolvimento das oficinas de aprendizagem indicadas no quadro “Matriz Pedagógica” do curso.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

Em relação a esses produtos da aprendizagem e instrumentos de avaliação caberá apenas um de dois julgamentos possíveis: desempenho satisfatório ou desempenho insatisfatório. A menção satisfatória indica que, na realização da atividade, o aluno demonstrou apreensão das capacidades objetivadas pelo curso. A menção insatisfatória, ao contrário, indica que o aluno não demonstrou a apreensão de tais capacidades. O resultado da aprendizagem assim mensurado representará, para efeito de certificação, a medida do desempenho do aluno no curso de capacitação.

9. CERTIFICAÇÃO

A certificação quanto à realização do curso de capacitação ficará a cargo da instituição de ensino que o tenha executado. De acordo com a carga horária prevista, este curso corresponde a um curso de extensão universitária ou similar.

O aluno terá direito ao certificado desde que tenha: a) frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades pedagógicas programadas; e b) concluído o curso com aproveitamento satisfatório.

É importante observar no período da confecção dos certificados as orientações referentes aos direitos de imagens conforme a previsão no Termo de Aceite do Programa CapacitaSUAS.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PROJETO PEDAGÓGICO

ARREGUI, Carola C. e KOGA, Dirce. *Vigilância socioassistencial: garantia do caráter público da política de assistência social*. Pontífica Universidade Católica de São Paulo PUC SP. Brasília, 2013.

BORDENAVE J, Pereira A. *A estratégia de ensino aprendizagem*. 26ª ed. Petrópolis: Vozes; 2005.

BORDENAVE JED. Alguns fatores pedagógicos. In: Santana JP, Castro JL, organizadores. *Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos – CADRHU*. Natal: Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/ Editora da UFRN; 1999. p. 261-268.

BORGES-ANDRADE, Jairo E. ABBAD, Gardênia da Silva, MOURÃO, Luciano (et ali). *Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organização e Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e Disseminação de Capacidade Pedagógica na Saúde. Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, Vol. 10, nº 4, p.p. 975-986, 2005.

CECCIM, Ricardo Burg e FEUERWERKER, Laura C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área de Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. Rio de Janeiro: PHSIS - Saúde Coletiva, Vol. 14, nº 1, p.p. 41-65, 2004.

Esteves de Vasconcelos MJ. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Papirus: Campinas; 2003.

FREIRE P. *Educação como prática de liberdade*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

MOREIRA, Marco Antônio. A Teoria da Aprendizagem Significativa e Sua Implementação em Sala de Aula. Brasília: Editora UnB, 2006.

Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Conselho Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. In: Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL .
Coordenação Geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial,
Departamento de Gestão do SUAS, Secretaria Nacional de Assistência Social,
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília,
2013.

PACHECO, Luzia; SCOFANO, A. C.; BECKERT, M.; SOUZA, V. Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (Série Gestão de Pessoas).

PLANOS DE ASSISTENCIA SOCIAL: diretrizes para elaboração / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008, 120 p.

PERRENOUD P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Art- Med; 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) /Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Brasília, 2005.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

CAPACITASUAS – CURSO 4.

**CURSO DE INTRODUÇÃO AO EXERCÍCIO DO CONTROLE
SOCIAL DO SUAS**

PROJETO PEDAGÓGICO

APRESENTAÇÃO

A oferta do Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS expressa a responsabilidade compartilhada entre gestores das três esferas federativas no sentido de implementar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo para dotá-lo de parâmetros de qualidade e atualidade teórico-metodológica.

No contexto de um país de dimensões continentais, o presente projeto pedagógico pretende fornecer elementos e diretrizes que visam assegurar unidade nacional na execução do referido curso. No entanto, na medida em que se trata de um instrumento destinado a melhorar e a conferir maior efetividade ao planejamento no tocante à política de assistência social, sua oferta está sujeita a adequações incrementais às especificidades locais e regionais. Não representa, portanto, uma camisa de força tendente a engessar o processo pedagógico, sempre mais rico e complexo do que pintado pelos modelos de planejamento.

A bem-sucedida implementação da ação de capacitação consubstanciada neste projeto pedagógico, ante a urgência de qualificação dos dos conselheiros da Assistência Social, representa relevante contribuição à consolidação de um sistema por meio do qual o Estado e a sociedade brasileira avançam na construção de uma nação mais justa e igualitária. A esta tarefa estão convocados o conjunto de instituições, professores, especialistas, técnicos e profissionais envolvidos na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

SUMÁRIO

- 1. Identificação do Curso**
- 2. Justificativa**
- 3. Objetivos do Curso**
 - a. Geral**
 - b. Específico**
- 4. Público**
- 5. Perspectiva Didático-Pedagógica**
 - a. O Princípio da Educação Permanente**
 - b. Desenvolver competências socioprofissionais**
 - c. As Competências socioprofissionais requeridas pelo SUAS**
 - d. Desenvolver processos de aprendizagem significativa**
- 6. Matriz Pedagógica**
 - a. Objetivos de Aprendizagem**
 - b. Conteúdos, Enfoques e Carga Horária**
 - c. Atividades Pedagógicas**
 - d. Quadro da Matriz Pedagógica**
- 7. Recursos Pedagógicos**
- 8. Avaliação da Aprendizagem**
- 9. Certificação**
- 10. Referências Bibliográficas do Projeto Pedagógico**

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome INTRODUÇÃO AO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL DO SUAS	
Instituição Executora A ser selecionada pelos estados, no âmbito do Programa CapacitaSUAS.	
Modalidade de Oferta Presencial	CargaHorária 40 horas

2. JUSTIFICATIVA

Desde a Constituição Federal de 1988, o controle social tem ocupado lugar destacado na gestão da política de assistência social. A Carta Magna, em seu art. 204, estabelece como diretrizes a descentralização político-administrativa e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da política e no controle das ações de assistência social em todos os níveis administrativos.

Na perspectiva de dar concretude ao preceito constitucional do controle social, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) — Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 — que regulamenta esta política, instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como os conselhos municipais, estaduais e do Distrito Federal como instâncias deliberativas do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. Em síntese, cabe aos Conselhos apreciar, aprovar, acompanhar e fiscalizar a política de assistência social, responsabilidades que tornam essas instâncias fundamentais e decisivas na implementação e consolidação do SUAS, assegurando, tal como previsto em lei, a efetividade da participação popular na construção e fiscalização dessa política pública.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

Evidência do protagonismo dos conselhos é a necessidade do seu posicionamento para que o fluxo de recursos financeiros ocorra em suas respectivas jurisdições. No modelo de gestão do SUAS — em que há o cofinanciamento das ações e gestão compartilhada entre a União, Estados, DF e municípios — a transferência de recursos federais só poderá ocorrer mediante aprovação do Conselho sobre a proposta orçamentária do órgão gestor para a área, assim como, também, da aprovação do Relatório Anual de Gestão do exercício anterior (LOAS, artigos 30 e 30-C).

Por outro lado, as entidades e organizações de assistência social só passam a integrar a rede socioassistencial após inscrição nos respectivos conselhos de assistência social, que, com base na fiscalização e controle social exercido sobre as ações de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, por elas desenvolvidas, decidem também sobre sua permanência no sistema (LOAS, art. 9º).

Por fim, é importante ressaltar a natureza predominantemente política dos Conselhos de Assistência Social, espaço privilegiado para que a participação popular e o controle social sejam materializados. Dessa forma, para se afirmar como porta-vozes do conjunto dos usuários, dos trabalhadores do SUAS e das entidades e organizações de assistência social no processo de construção e execução da política de assistência social, cabe aos conselhos o papel de mobilização social e de articulação institucional, visando, entre outras ações: prestar informação aos usuários e incrementar a participação popular; a organização de conferências; a articulação com outros conselhos setoriais e de defesa de direitos; e o acompanhamento das decisões das instâncias de pactuação do SUAS.

Conforme expresso na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), os conselhos, no exercício de suas atribuições, normatizam,

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito do SUAS, prestados pela rede socioassistencial.

Assim, pela variedade e importância das funções e atribuições que os conselhos desempenha, bem como pelo papel estruturante que desempenham no processo de implementação da política de assistência social e do SUAS, a oferta deste curso de Introdução ao Exercício do Controle Social, no âmbito do Programa CapacitaSUAS, encontra-se justificado.

3. OBJETIVOS

a. GERAL

Capacitar conselheiros municipais, estaduais e do Distrito Federal e trabalhadores do SUAS, que exercem a função de apoio ao exercício do controle social, dotando-os dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao exercício do controle social, qualificando a sua atuação política e institucional e contribuindo para o protagonismo dos conselhos no desenvolvimento da política de assistência social.

b. ESPECÍFICOS

- () Desenvolver a compreensão no tocante à trajetória histórica da assistência social no Brasil e a consciência em relação às principais conquistas históricas dessa política pública nas últimas décadas;
- (i) Realizar nivelamento acerca da atual configuração organizacional do SUAS, da sua estrutura de financiamento e dos seus principais instrumentos de gestão e controle social;

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

- (ii) Realizar nivelamento acerca da atual configuração organizacional do Programa Bolsa Família;
- (iii) Desenvolver a compreensão sobre as atribuições e responsabilidades dos conselhos de assistência social;
- (iv) Qualificar os participantes para a utilização das Matrizes de Fiscalização e Formulários de Registro de Falhas e Irregularidades, elaboradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2013) como material de orientação das atividades de fiscalização dos conselhos de assistência social.

4. PÚBLICO

Conselheiros municipais, estaduais e do Distrito Federal de assistência social e trabalhadores do SUAS que exercem a função de apoio ao exercício do controle social.

5. PERSPECTIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A ação de capacitação aqui planejada orienta-se por uma perspectiva didático-pedagógica baseada em três pilares: o princípio da educação permanente; o foco no desenvolvimento de capacidades e competências voltadas para ações de proteção social; e a priorização de processos de aprendizagem significativa.

a. O PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Entende-se por Educação Permanente o processo de atualização e renovação contínua e cotidiana das práticas profissionais e condutas existenciais

PROJETO PEDAGÓGICO

de pessoas, equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo esse mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional e da própria vida em sociedade.

O princípio da Educação Permanente não se refere, portanto, apenas a processos de educação formal. Em um sentido mais amplo, ele diz respeito à formação de pessoas visando dotá-las das ferramentas cognitivas e operativas que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a condutas, procedimentos, e quanto aos meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho e à resolução dos problemas com os quais se deparam. Sua adoção representa uma inovação na forma de planejamento das ações de capacitação dirigidas aos trabalhadores do SUAS.

O modelo formal de planejamento de ações de capacitação toma por base o diagnóstico de necessidades para o desenho dos cursos a serem ofertados. Esse diagnóstico é comumente realizado por meio da caracterização da lacuna de competências, identificada em uma dada organização ou contexto de trabalho. Tal lacuna consiste na inexistência de competências necessárias, as quais determinam, portanto, o desenho e o formato das ações de capacitação.

A esse modelo formal de planejamento educacional, o princípio da educação permanente acrescenta algo mais substancial ao ancorá-lo aos processos de trabalho e às práticas profissionais observadas nos mais diversos contextos. Assim, no âmbito do SUAS, tanto o processo de identificação da lacuna de competências quanto o desenho das ações de capacitação destinadas ao fechamento dessa lacuna devem partir dos problemas e dificuldades evidenciados no exercício das práticas profissionais relacionadas à gestão

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

participativa do Sistema e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Essa centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais para o planejamento das ações de capacitação responde ao importante papel que desempenham como mediadores da concretização dos serviços e benefícios socioassistenciais. Sendo assim, a promoção de melhorias na qualidade do provimento dos serviços e benefícios do SUAS passa, necessariamente, pela qualificação desses mediadores.

O princípio da educação permanente chama atenção para o fato de que a realização dessas melhorias de qualidade exige a estruturação de um modelo de capacitação que permita a oferta de ações de caráter permanente e continuado, em diferentes níveis de formação e com diferentes graus de complexidade: (i) direcionadas à diversidade de sujeitos envolvidos na implementação do SUAS; (ii) que tenham por preocupação central a reflexão sobre os processos de trabalho e as práticas profissionais; (iii) dirigidas para o desenvolvimento das competências das quais o Sistema necessita; e (iv) capazes de possibilitar processos de aprendizagem significativa e de desenvolver a capacidade de os trabalhadores aprenderem de forma coletiva nos seus próprios ambientes de trabalho e a partir das experiências nele vivenciadas.

b. DESENVOLVER COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS

Entende-se por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições de um trabalhador, visando ao alcance dos objetivos da instituição, órgão, equipamento, ou serviço no quadro dos quais exerce sua atividade profissional. Diz-se, assim, que conhecimentos, habilidades e atitudes constituem o tripé de capacidades que ao serem mobilizadas pelo trabalhador para a realização de atividades

PROJETO PEDAGÓGICO

específicas conformam sua competência profissional.

Apesar de usado geralmente como sinônimo de habilidade (que constitui sua dimensão técnica), competência é um conceito tridimensional (conhecimentos e atitudes correspondendo às suas dimensões ética e política). Restrito à sua dimensão técnica o conceito de competência aplica-se exclusivamente a processos de treinamento e capacitação voltados para o desenvolvimento de habilidades motoras repetitivas, cujos contextos e significado podem se manter estranhos ao trabalhador sem que isso represente prejuízo para a qualidade do trabalho. No entanto, as duas outras dimensões devem ser ressaltadas quando, para além do desenvolvimento de habilidades, o processo de capacitação almeja a formação de conhecimentos e atitudes. Caso em que o estranhamento quanto ao contexto e ao significado ético e político do trabalho resulta inescapavelmente em grave prejuízo à qualidade do trabalho.

Devido às características próprias do trabalho realizado no âmbito do SUAS, pode-se incluí-lo nessa segunda categoria, especialmente no que diz respeito ao trabalho diretamente relacionado ao provimento de serviços e benefícios. Trata-se de um trabalho desenvolvido em contextos socioculturais diversos e com base na relação intersubjetiva envolvendo profissionais e equipes de trabalho, de um lado; e de outro, indivíduos, famílias, coletivos e populações, com perfis diversificados e que apresentam demandas e necessidades também diversificadas. Tais variedade e diversidade de contextos, públicos e objetivos inviabiliza a padronização do trabalho em um único modelo de organização técnica e impõe aos trabalhadores e às equipes de referência a necessidade de uma constante e permanente reflexão quanto à adequação dos seus processos de trabalho e práticas profissionais ao contexto sociocultural em que se desenrolam, ao público e à finalidade para os quais se destinam.

Em razão disso, no contexto do SUAS não se trata, portanto, do

PROJETO PEDAGÓGICO

desenvolvimento de competências meramente técnicas, mas de competências socioprofissionais, ou seja, do desenvolvimento de competências compreendidas na tridimensionalidade técnica, ética e política do conceito. Perspectiva esta assumida pelo curso aqui estruturado.

c. AS COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS

Tomando por base os processos de trabalho relacionados à operacionalização do SUAS, as ações de formação e capacitação devem atentar para o desenvolvimento de diferentes tipos e níveis de competências, conforme quadro abaixo:

COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS	
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS OU SISTÊMICAS	Conhecimentos, habilidades e atitudes:
	Relacionadas ao cumprimento da missão e objetivos do Sistema. Relacionadas ao funcionamento processual da arquitetura organizacional do SUAS: relações federativas, entre diferentes órgãos, instâncias, unidades e equipamentos que compõem o sistema ou implicados na sua implementação.
COMPETÊNCIAS PARTICIPATIVAS	Relacionadas à participação em conselhos, conferências e nos serviços, ao exercício do controle social das políticas públicas e à compreensão do papel desempenhado pelas organizações da sociedade e pelos movimentos sociais na efetivação dos direitos socioassistenciais (participação nos serviços).
COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS	Relacionadas ao desempenho da função e atribuição que cada profissional desempenha no processo de trabalho de uma dada organização.
COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	Relacionadas ao gerenciamento de órgãos, unidades, equipamentos, serviços, e equipes de trabalho, planejamento de serviços e ações.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

COMPETÊNCIAS COLETIVAS	Relacionadas ao desenvolvimento do trabalho em equipe. Resulta da articulação ou combinação sinérgica das competências individuais para consecução de um mesmo objetivo.
-----------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sem prejuízo da merecida atenção ao desenvolvimento de competências individuais, incluindo as gerenciais, vale destacar que no âmbito do curso aqui planejado deve ser dada relevância ao desenvolvimento de competências coletivas, por se tratar de uma ação de capacitação dirigida aos trabalhadores envolvidos no provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais. Contexto no qual o trabalho é realizado por equipes multidisciplinares: as chamadas equipes de referência.

Assim, como parte deste curso de capacitação, os processos de trabalho, os contextos de intervenção e as práticas profissionais das equipes de referência e dos profissionais que as compõem podem ser problematizados pelo menos em três direções básicas: (i) quanto às formas de interação entre esses diferentes profissionais para a consecução dos objetivos das equipes de trabalho; (ii) quanto às formas de interação entre essas equipes/profissionais e os usuários/beneficiários dos serviços e benefícios; e (iii) quanto à capacidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais existentes de acolherem as diferentes demandas e necessidades apresentadas pelos usuários e beneficiários do SUAS e a elas responderem adequadamente, na direção da garantia dos direitos sociais demandados.

Considerando que a melhoria na qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais passa necessariamente pelo aprimoramento, atualização e qualificação de práticas profissionais e pela reorganização e readequação de processos de trabalho, a ação pedagógica orientada pelos tópicos acima arrolados almeja produzir maior abertura dos capacitandos à necessidade de tal modificação e a estimulá-los na busca pelos meios de sua

PROJETO PEDAGÓGICO

efetivação. Contribuirá para isso a inserção dos alunos em processos de aprendizagem significativa.

d. DESENVOLVER PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Por significativo compreende-se o processo de aprendizagem que se desenvolve pela interiorização de novos conhecimentos, habilidades e atitudes a partir da mobilização dos saberes e experiências prévias do educando. Via pela qual o processo de apreensão do novo saber atua também sobre a estrutura dos conhecimentos e experiências pré-existentes de forma a promover sua ressignificação.

A mobilização da aprendizagem significativa depende, entre outras, de duas condições essenciais. A primeira, de ordem individual/psicológica, diz respeito à disposição do aluno quanto à ação de capacitação e à sua própria aprendizagem. A segunda condição se refere à relevância para o trabalhador/aprendiz dos conteúdos e objetivos que orientam o processo de capacitação. Sentido de relevância que também possui uma dimensão individual/psicológica, mas que, segundo o pressuposto aqui adotado, está significativamente associado à eficácia do planejamento instrucional e da ação pedagógica em responder adequadamente (ou não) às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais.

Processos de aprendizagem significativa podem ser estimulados por meio do uso de uma grande variedade de estratégias instrucionais que permitem incorporar ao ensino e à aprendizagem: as experiências de vida e de trabalho do capacitando; seus valores, conhecimentos e habilidades; e as características e especificidades dos contextos locais e regionais relevantes para o exercício de suas funções de trabalho. Uma vez trazidos à tona, esses valores, conhecimentos, experiências e contextos socioculturais significativos para os

PROJETO PEDAGÓGICO

alunos servem de ancoragem cognitiva aos novos conteúdos, valores e experiências trabalhados no processo de capacitação.

Por meio de um processo de ensino e aprendizagem assim estruturado, mantendo-se o foco na construção de respostas às necessidades e problemas oriundos dos processos de trabalho e das práticas profissionais dos alunos, a capacitação contribuirá para a formação no SUAS de uma cultura de permanente aprendizado no trabalho e por meio do trabalho. Objetivo este que se encontra no cerne da perspectiva da educação permanente e que é de vital importância para a promoção da melhoria contínua da qualidade da oferta do serviços e benefícios socioassistenciais e da gestão do SUAS.

6. MATRIZ PEDAGÓGICA

Com base na perspectiva didático-pedagógica acima apresentada, a ação de capacitação descrita neste projeto pedagógico tem sua organização e desenho sistematizados no formato que consta da Matriz Pedagógica a seguir. Nela encontram-se definidos: a) os conteúdos instrucionais, organizados por módulo; b) a carga horária dedicada a cada módulo e unidade de conteúdo; c) os objetivos instrucionais ou de aprendizagem de cada módulo e unidade de conteúdo; d) o enfoque ou direcionamento que se pretende dar ao trabalho relacionado a cada módulo e unidade de conteúdo; e) as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas para cada unidade de conteúdo.

Por meio desta matriz procura-se evidenciar a dinâmica do trabalho pedagógico a ser desenvolvido a partir da relação entre conteúdos de aprendizagem, objetivos instrucionais, enfoques pelos quais os conteúdos devem ser abordados e atividades pedagógicas relacionadas a cada unidade de conteúdo. A forma pela qual esses elementos encontram-se combinados constitui, por assim dizer, o caráter pedagógico do curso.

PROJETO PEDAGÓGICO

a. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Na matriz pedagógica os objetivos de aprendizagem são representados pelas capacidades identificadas como necessárias aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS e aos conselheiros da Assistência Social. Na perspectiva aqui adotada, são compreendidos como elementos centrais e ordenadores de todo o processo pedagógico, que inclui o planejamento instrucional, o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação da aprendizagem e a avaliação da eficácia da capacitação. Isso significa que:

- (vii) no planejamento instrucional a definição de tais objetivos precede e orienta a seleção e organização modular dos conteúdos a serem trabalhados e do enfoque a partir do qual esses conteúdos serão abordados;
- (viii) no processo de ensino os conteúdos selecionados devem ser trabalhados de acordo com o enfoque definido e por meio das atividades pedagógicas indicadas, visando à realização dos objetivos instrucionais planejados;
- (ix) as avaliações de aprendizagem e as relativas à eficácia das ações de capacitação buscam identificar o grau de realização dos objetivos pretendidos.

Portanto, a realização dos objetivos de aprendizagem estabelecidos para esta ação de capacitação consiste em desenvolver junto aos alunos as capacidades correspondentes a esses objetivos, que, no caso do presente projeto pedagógico, se referem, fundamentalmente, àquelas relacionadas a conhecimentos e atitudes, que formam, junto com as habilidades, o tripé que constitui o conceito de competência, aqui já referido.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

b. CONTEÚDOS, ENFOQUES E CARGA HORÁRIA

Os conteúdos que constam da matriz pedagógica foram definidos a partir das competências que se pretende desenvolver junto aos trabalhadores que atuam na gestão do SUAS e aos conselheiros da Assistência Social. No desenrolar das atividades pedagógicas, o conhecimento, a assimilação e a compreensão desses conteúdos são essenciais para o alcance dos objetivos instrucionais.

A matriz também indica o enfoque pelo qual esses conteúdos deverão ser abordados, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem. Dentre as diferentes abordagens que podem ser dadas a um determinado conteúdo, o enfoque dirige a atenção do trabalho pedagógico para aquela que se afigura mais adequada aos objetivos perseguidos pela ação de capacitação.

A carga horária definida para cada módulo e unidade de conteúdos procura responder ao grau de complexidade do conteúdo a que se refere, ao seu respectivo enfoque e ao tipo de atividade que lhe serve de substrato didático-pedagógico. No entanto, dada a imprevisibilidade da resposta de cada turma ao desenho do curso, este tópico poderá sofrer adequações incrementais no sentido de promover uma maior aproximação entre o que foi planejado e condições reais de execução das ações de capacitação.

c. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Da matriz pedagógica constam dois tipos de atividades pedagógicas: **aulas expositivas/dialogadas** e **oficinas de aprendizagem**. A primeira corresponde à apresentação dos conteúdos de forma didática e sistematizada, de acordo com um enfoque determinado, visando ao alcance dos objetivos de aprendizagem planejados, e de modo a estimular e acolher a participação dos

PROJETO PEDAGÓGICO

capacitandos. Por sua vez, a segunda atividade consiste no desenvolvimento de uma ou de um conjunto de dinâmicas e estratégias de trabalho (estudos de caso, resoluções de problema, dramatizações, etc) que permita aos alunos fazer a mediação entre o saber teórico-conceitual e as questões derivadas de suas práticas profissionais, dos seus processos de trabalho ou do contexto social no qual atuam.

As oficinas de aprendizagem constituem momento e espaço privilegiados de consolidação do aprendizado teórico-conceitual e de sua aplicação à leitura da realidade, à avaliação de condutas alternativas, à resolução de problemas, etc. Ao permitir o desenvolvimento combinado de diferentes capacidades cognitivas (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação) e afetivas (receptividade, resposta, valorização, organização e caracterização, relacionadas a valores), essas oficinas ocupam, por assim dizer, o centro da ação de capacitação.

Em que pese o fato de a matriz pedagógica indicar a realização de oficinas de aprendizagem sobre conteúdos determinados, sugere-se a inclusão de atividades similares e com a mesma finalidade em outras unidades do curso sempre que isso for possível e contribua para a realização dos objetivos de aprendizagem.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

d. QUADRO DA MATRIZ PEDAGÓGICA

MATRIZ PEDAGÓGICA DO CURSO DE INTRODUÇÃO AO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL					
MÓDULO/UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO I	A configuração organizacional e o financiamento da política de assistência social	14h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	A Trajetória histórica da política de assistência social no Brasil.	02h	Compreender a construção da assistência social no Brasil, especialmente a partir dos avanços normativos inaugurados pela Constituição Federal de 1988, como processo de afirmação do direito socioassistencial no âmbito da seguridade social, em ruptura com a hegemonia da caridade e da benemerência no campo da assistência social.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O caráter da ruptura promovida pela Constituição de 1988 e pela LOAS/1993 no campo da assistência social; ✓ O significado da inovação histórica de operacionalização da política de assistência social por meio de um sistema único, descentralizado, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Vídeo: “A História da Assistência Social no Brasil”; ✓ Debate orientado sobre o conteúdo do vídeo.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

				participativo, com financiamento regular, sob controle social.	
Unidade 2	<p>As bases de organização do SUAS:</p> <p>a) Eixos estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descentralização político-administrativa; • Participação e Controle Social; • Matricialidade Sociofamiliar; • Território como base de organização dos serviços; • Rede socioassistencial; • Vigilância Socioassistencial; • Intersetorialidade; <p>b) As seguranças afiançadas;</p>	04h	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar os eixos estruturantes do SUAS; ✓ Compreender a arquitetura organizacional do SUAS; ✓ Identificar as funções desempenhadas pelas diferentes instâncias e equipamentos do SUAS; ✓ Compreender a função da rede socioassistencial; ✓ Compreender o processo de inscrição de entidades e organizações da assistência social no SUAS (Res. CNAS Nº 16); ✓ Descrever os diferentes serviços, benefícios e 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Abordar os eixos estruturantes, as seguranças, proteções, serviços, benefícios e transferência de renda providos pela assistência social enfocando a relação sistêmica existente entre essas diferentes dimensões do SUAS; ✓ Abordar as entregas que o SUAS disponibiliza à população por meio dos tipos específicos de seguranças afiançadas e proteções sociais, dos serviços tipificados e dos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aula expositiva dialogada.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	<p>c) As Proteções Sociais Básica e Especial: serviços socioassistenciais tipificados e equipamentos de referência;</p> <p>d) Benefícios Socioassistenciais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Benefício de Prestação Continuada (BPC);• Benefícios Eventuais; <p>e) Transferência de Renda com Condiionalidades: Programa Bolsa Família</p>		<p>transferência de renda ofertados pelo SUAS, seus públicos e objetivos;</p> <p>✓ Identificar situações de riscos e vulnerabilidades sociais e pessoais que demandam proteção socioassistencial.</p>	<p>benefícios e transferência de renda;</p> <p>✓ Abordar os serviços, benefícios e transferência de renda enquanto ofertas públicas estruturadas e direcionadas para o enfrentamento de tipos determinados de situações de riscos e vulnerabilidades sociais.</p>	
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

MÓDULO/UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO I (cont...)	A configuração organizacional e o financiamento da política de assistência social	14h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 3	<p>a) O financiamento da assistência social no orçamento público (PPA, LDO, LOA);</p> <p>b) Atribuições e responsabilidades dos entes federativos no financiamento do SUAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Níveis de gestão dos entes federativos apurados por meio do ID SUAS; Organização do financiamento em pisos de proteção 	04	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Descrever o processo de financiamento do SUAS; ✓ Discriminar as responsabilidades dos diferentes entes federativos no cofinanciamento do SUAS; ✓ Compreender como e em qual instância do SUAS são pactuados os critérios de partilha dos recursos da União destinado aos entes 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Evidenciar as responsabilidades dos entes federativos no cofinanciamento do SUAS e a forma de concretização dessas responsabilidades na definição das prioridades e metas do PPA e na alocação de recursos na peça orçamentária; ✓ Evidenciar o caráter republicano, transparente, pactuado e deliberado no processo de definição da partilha de recursos do 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aula expositiva dialogada.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	<p>social e blocos de financiamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS; <p>c) Fundos de Assistência Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Características; • Reprogramação de saldos; • IGD SUAS. 		<p>federados para o cofinanciamento do SUAS;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender e problematizar o papel do controle social na fiscalização dos Fundos de assistência social; ✓ Identificar as diferentes possibilidades de utilização do IGD SUAS e o acompanhamento e fiscalização do controle social. 	<p>cofinanciamento das ações socioassistenciais;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Afirmar a importância do cofinanciamento do SUAS por meio dos Fundos de Assistência Social como forma de garantir o comando único das ações socioassistenciais e permitir o controle social. 	
Unidade 4	<p>Transferência de Renda com Condiionalidades: o Programa Bolsa Família:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cadastro Único; 	04h	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Descrever os critérios de acesso ao PBF; ✓ Compreender o processo de 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Bolsa Família como um programa de transferência condicionada de renda integrado às proteções sociais operadas pelo SUAS, na 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Vídeo-aulas SENARC: “Bolsa Família e Cadastro Único – Capacitação de

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de acesso; • IGD Bolsa Família; • Gestão e acompanhamento de condicionalidades. 		<p>acompanhamento de condicionalidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender os processos de registro, atualização e ajustes do Cadastro Único para Programas Sociais (Cadúnico); ✓ Compreender os processos relacionados à gestão integrada dos serviços, benefícios e transferência de renda ofertados pelo SUAS. 	<p>medida em que prover, aos que dela necessitam, sem deles exigir qualquer contribuição financeira, um dos tipos de segurança (segurança de renda) que se encontra no âmbito das responsabilidades protetivas específicas da assistência social;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Destaque para o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda. 	<p>Gestores e Técnico”;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Debate orientado sobre o conteúdo das vídeo-aulas
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

MÓDULO/UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO II	Funções e instrumentos do controle social do SUAS e do Programa Bolsa Família	8h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	<p>a) Papel do controle social no sistema de controle de recursos públicos da administração pública brasileira;</p> <p>b) Atribuições e funções dos órgãos de controle interno e externo;</p> <p>c) Atribuições dos conselhos de assistência social e sua interface com os conselhos setoriais e de defesa de direitos;</p> <p>d) Fortalecimento institucional dos Conselhos de Assistência Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei de criação e regimento interno; 	05h	<p>✓ Compreender as funções e atribuições dos órgãos de controle interno e externo da administração pública (CGU, TCU, MP) e sua relação com a prática do controle social na assistência social;</p> <p>✓ Identificar responsabilidades específicas de controle social dos</p>	<p>✓ As atribuições do controle social e a importância do seu correto exercício para o cumprimento das condições garantidoras dos repasses fundo a fundo e dos repasses às entidades e organizações da AS, bem como para a efetividade</p>	<p>✓ Aulas expositivas/Dialogadas;</p> <p>✓ Oficina de aprendizagem: “Diagnóstico sobre a estruturação institucional dos conselhos e o exercício das atribuições de controle social”.</p>

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de eleição e participação da Sociedade Civil; • Secretaria executiva; • Organização e gestão da informação; • Incentivos IGD-SUAS e IGD-PBF. 		<p>conselhos de cada esfera federativa;</p> <p>✓ Compreender a importância da atualização da lei de criação e regimento interno dos CAS em consonância às normativas vigentes do SUAS.</p>	<p>desses repasses;</p> <p>✓ Os meios e mecanismos de fortalecimento institucional dos conselhos;</p> <p>✓ Relação com conselhos setoriais, órgãos de controle e Ministério Público;</p>	
Unidade 2	<p>Instrumentos essenciais ao exercício do controle social do SUAS e do PBF:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano Municipal de Assistência Social; • Relatório Anual de Gestão; • Sistemas Informativos (especialmente o Relatório de Informações Sociais); 	03h	<p>✓ Identificar os instrumentos de gestão e as ferramentas informacionais que registram informações essenciais ao exercício das</p>	<p>✓ Apresentar os instrumentos essenciais ao exercício do controle social do SUAS e do PBF, colocando os capacitandos indicando as</p>	<p>✓ Aula expositiva /dialogada.</p>

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeira (SUASweb). 		<p>atribuições de controle social do SUAS e do PBF;</p> <p>✓ Compreender a função e identificar o tipo de informação encontrada em cada um dos instrumentos de gestão e em cada uma das ferramentas informacionais que registram informações essenciais ao exercício das atribuições de controle social do SUAS e do PBF</p>	<p>funções e os tipos de informação registradas em cada uma delas, bem como as formas e meios de acessá-las.</p>	
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

MÓDULO/UNIDADE	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	ENFOQUE	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
MÓDULO III	O Exercício do controle social do SUAS e do Programa Bolsa Família	18h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 1	O exercício do controle social dos planos e dos orçamentos da assistência social.	06h	<p>✓ Utilizar a Matriz de Acompanhamento do FMAS, elaborada pelo TCU, como ferramenta de exercício do controle social.</p>	<p>✓ Exercício prático, em grupo:</p> <p><u>Passo 1</u> Colocado frente a extratos selecionados do relatório de execução orçamentária de um município qualquer, o capacitando deve colher informações requeridas pela Matriz de Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), elaborada pelo TCU;</p> <p><u>Passo 2</u> Ao cotejar as informações</p>	✓ Oficina de Aprendizagem.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

				<p>colhidas por meio da Matriz de Acompanhamento do FMAS com informações contidas em extratos selecionados do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de um município qualquer, o capacitando deve formular conclusões sobre a execução de ações previstas no PMAS.</p> <p><u>Passo 3</u></p> <p>Registrar as falhas e irregularidades identificadas no Formulário de Registro de Falhas e Irregularidades, elaborado pelo TCU e elaborar ofício de encaminhamento do Formulário para o gestor municipal, para providências.</p>	
--	--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

<p>Unidade 2</p>	<p>O exercício do controle social dos serviços executados nos CRAS, CREAS, Centros POP e Unidades de Acolhimento Institucional.</p>	<p>04h</p>	<p>✓ Utilizar a Matriz de Acompanhamento de CRAS, CREAS e Centro Pop, elaborada pelo TCU, como ferramenta de exercício do controle social.</p>	<p>✓ Exercício prático, em grupo:</p> <p><u>Passo 1</u></p> <p>Colocado frente a um caso fictício do qual conste descrição da estrutura de um equipamento de assistência social (CRAS, CREAS ou Centro Pop) e da oferta de serviços e ações desenvolvidas nesse equipamento, o capacitando deve colher informações requeridas pela Matriz de Acompanhamento elaborada pelo TCU;</p> <p><u>Passo 2</u></p> <p>Registrar as falhas e irregularidades identificadas no Formulário de Registro de Falhas e Irregularidades, elaborado pelo TCU e elaborar ofício de encaminhamento do Formulário</p>	<p>✓ Oficina de Aprendizagem.</p>
-------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

				para o gestor municipal, para providências.	
--	--	--	--	---------------------------------------------	--

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

MÓDULO III	O Exercício do controle social	18h	A adequada assimilação do conteúdo permitirá ao aluno:	Direcionamento a ser dado ao trabalho com os conteúdos:	
Unidade 3	O exercício do controle social das entidades e organizações de assistência social.	04h	<p>✓ Utilizar a Matriz de Acompanhamento das Entidades de Assistência Social, elaborada pelo TCU, como ferramenta de exercício do controle social.</p>	<p>✓ Exercício prático, em grupo:</p> <p><u>Passo 1</u> Colocado frente a um caso fictício do qual conste descrição da estrutura de uma entidade ou organização de assistência social e da oferta de serviços e ações desenvolvidas por ela, o capacitando deve colher informações requeridas pela Matriz de Acompanhamento das Entidades de Assistência Social, elaborada pelo TCU;</p> <p><u>Passo 2</u> Registrar as falhas e irregularidades identificadas no Formulário de Registro de Falhas e Irregularidades, elaborado pelo TCU e elaborar ofício de encaminhamento do Formulário para o gestor municipal, para providências.</p>	✓ Oficina de Aprendizagem.
Unidade 4	O exercício do controle social do Programa Bolsa	04h		<p>✓ Exercício prático, em grupo:</p> <p><u>Passo 1</u> Colocado frente a um caso fictício do qual conste</p>	✓ Oficina de Aprendizagem.

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

	Família.		<p>informações sobre o processo de gestão do PBF, ocorrência de famílias pobres sem acesso a renda, perfil dos beneficiários do programa etc, o capacitando deve colher informações requeridas pela Matriz de Acompanhamento das Entidades de Assistência Social, elaborada pelo TCU;</p> <p><u>Passo 2</u></p> <p>Registrar as falhas e irregularidades identificadas no Formulário de Registro de Falhas e Irregularidades, elaborado pelo TCU e elaborar ofício de encaminhamento do Formulário para o gestor municipal, para providências.</p>	
--	----------	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

PROJETO PEDAGÓGICO

7. RECURSOS INSTRUCIONAIS

Cabe à instituição executora da ação de capacitação definir os recursos instrucionais a serem utilizados no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Na definição desses recursos devem ser consideradas a perspectiva pedagógica norteadora da capacitação, os tipos de atividades instrucionais a serem realizadas e os objetivos de aprendizagem perseguidos. Nesse sentido, deve ser dada preferência aos seguintes recursos: a) que favoreçam o diálogo entre, de um lado, os aspectos teórico-conceituais estudados e, de outro, as práticas profissionais, os processos de trabalho e o contexto social em que os alunos atuam; b) que motivem a participação dos alunos; e c) que permitam o desenvolvimento de exercícios práticos de aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos na capacitação.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem por finalidade gerar evidências e informações que permitam um julgamento fundamentado quanto ao aproveitamento do curso por cada aluno em particular, e quanto à eficácia da capacitação em geral. Esse julgamento de eficácia diz respeito à realização dos objetivos de aprendizagem e, portanto, do sucesso da capacitação em formar junto aos alunos as capacidades expressas por esses objetivos.

Considerando-se o curto período de tempo previsto para o desenvolvimento da ação de capacitação aqui referida e a importância das oficinas de aprendizagem para a formação das capacidades e competências almejadas, propõe-se, enquanto instrumento de avaliação da aprendizagem e, portanto como Trabalho de Conclusão de Curso, os produtos resultantes do

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS
ANEXO 2

PROJETO PEDAGÓGICO

desenvolvimento das oficinas de aprendizagem indicadas no quadro “Matriz Pedagógica” do curso.

Em relação a esses produtos da aprendizagem e instrumentos de avaliação caberá apenas um de dois julgamentos possíveis: desempenho satisfatório ou desempenho insatisfatório. A menção satisfatória indica que, na realização da atividade, o capacitando demonstrou apreensão das capacidades objetivadas pelo curso. A menção insatisfatória, ao contrário, indica que o capacitando não demonstrou a apreensão de tais capacidades. O resultado da aprendizagem assim mensurado representará, para efeito de certificação, a medida do desempenho do capacitando no curso de capacitação.

9. CERTIFICAÇÃO

A certificação quanto à realização do curso de capacitação ficará a cargo da instituição de ensino que o tenha executado. De acordo com a carga horária prevista, este curso corresponde a um curso de extensão universitária ou similar.

O aluno terá direito ao certificado desde que tenha: a) frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades pedagógicas programadas; e b) concluído o curso com aproveitamento satisfatório.

É importante observar no período da confecção dos certificados as orientações referentes aos direitos de imagens conforme a previsão no Termo de Aceite do Programa CapacitaSUAS.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE J, Pereira A. A estratégia de ensino aprendizagem. 26ª ed. Petrópolis: Vozes; 2005.

PROJETO PEDAGÓGICO

BORDENAVE JED. Alguns fatores pedagógicos. In: Santana JP, Castro JL, organizadores. Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos – CADRHU. Natal: Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/ Editora da UFRN; 1999. p. 261-268.

BORGES-ANDRADE, Jairo E. ABBAD, Gardênia da Silva, MOURÃO, Luciano (et ali). Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organização e Trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CAPACITAÇÃO PARA CONTROLE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS: Assistência Social e Programa Bolsa Família. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/MDS, Brasília, 2011.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e Disseminação de Capacidade Pedagógica na Saúde. Rio de Janeiro: Revista Ciência e Saúde Coletiva, Vol. 10, nº 4, p.p. 975-986, 2005.

CECCIM, Ricardo Burg e FEUERWERKER, Laura C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área de Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. Rio de Janeiro: PHSIS - Saúde Coletiva, Vol. 14, nº 1, p.p. 41-65, 2004.

Esteves de Vasconcelos MJ. Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência. Papirus: Campinas; 2003.

FREIRE P. Educação como prática de liberdade. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2006.

HADT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

MOREIRA, Marco Antônio. A Teoria da Aprendizagem Significativa e Sua Implementação em Sala de Aula. Brasília: Editora UnB, 2006.

PROJETO PEDAGÓGICO

NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. In: Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

PACHECO, Luzia; SCOFANO, A. C.; BECKERT, M.; SOUZA, V. Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (Série Gestão de Pessoas).

PERRENOUD P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Art- Med; 1999.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) /Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Brasília, 2005.

Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS) /Resolução CNAS nº 8, de 6 de março de 2012. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas.

Tipificação dos Serviços Socioassistenciais/Resolução CNAS, nº 109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas.

RODRIGUES JÚNIOR, José Florêncio. A Taxonomia de Objetivos Educacionais. Brasília: Editora UnB, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Orientações para conselhos de assistência social. 3ª edição Brasília: TCU, Secretaria Geral de Controle Externo, 2013.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 17ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, V. 1).